

ROSELY FONTES GRISOTTO

**A LUTA PELA TERRA NO NOROESTE MINEIRO:  
A EXPERIÊNCIA EM PARACATU – MG (1985 - 2000)**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS -BRASIL  
2003

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

G869L  
2003

Grisotto, Rosely Fontes, 1971-

A luta pela terra no noroeste mineiro : a experiência em  
Paracatu – MG ( 1985-2000 ) / Rosely Fontes Grisotto. –  
Viçosa : UFV, 2003  
88p. : il.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de  
Viçosa

1. Assentamento rural - Aspectos políticos. 2. Assenta-  
mento rural - Aspectos sociais. 3. Movimentos sociais  
rurais. 4. Reforma agrária. I. Universidade Federal de  
Viçosa. II. Título.

CDD 19.ed. 333.335

CDD 20.ed. 333.335

ROSELY FONTES GRISOTTO

**A LUTA PELA TERRA NO NOROESTE MINEIRO:  
A EXPERIÊNCIA EM PARACATU – MG (1985 - 2000)**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 25 de abril de 2003

---

Eloy Alves Filho

---

José Benedito Pinho

---

Sheila Maria Doula  
(Conselheira)

---

Franklin Daniel Rothman  
(Conselheiro)

---

José Ambrósio Ferreira Neto  
(Orientador)

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dotado com capacidades e qualidades que até eu mesma desconhecia, e que durante a realização desse trabalho, foram se revelando e se desenvolvendo.

Agradeço a minha família, especialmente a minha mãe, meu avô, meu irmão, minha cunhada e ao meu sobrinho Bruno, pelo apoio incondicional, pela paciência diante dos meus momentos difíceis e pela compreensão pelas minhas ausências.

A minha amiga Roseli Kazuko Shiroma, pela amizade e pelo incentivo e por estar sempre pronta a me ajudar quando precisava.

Aos meus colegas de curso, porque caminhamos e trabalhamos sempre com amizade, companheirismo e respeito uns com os outros. Em especial, agradeço ao meu amigo José Maurício por sua contribuição para o meu amadurecimento intelectual e acadêmico, sempre tornando qualquer momento em oportunidade para exercitarmos a nossa capacidade de raciocínio de debate e de lógica consciente. Ao meu querido amigo, Alex Fabiani, que sempre soube lidar com as palavras, colocando-as à minha disposição quando precisava de correções ortográficas e pelos conselhos, sempre na hora certa. Enfim, ao meu amigo Paulo Sérgio, pelo carinho, incentivo e pela amizade, sempre trazendo alegria.

Às amigas Clarissa e Renata, por terem-me ajudado a encontrar a saída em momentos difíceis.

Ao meu orientador, José Ambrósio, meu agradecimento muito especial por ter confiado na minha capacidade de aprender e crescer, pois essa confiança determinou, em momentos cruciais, a continuação e a conclusão desse trabalho.

Aos conselheiros professores, Sheila e Franklin, pelas sugestões que só fizeram enriquecer mais minha experiência e meu trabalho.

Aos Funcionários do Departamento de Economia Rural, pelo bom atendimento e pela simpatia frente às nossas necessidades.

Às lideranças sindicais da região Noroeste de Minas e do município de Paracatu, pelas importantes informações.

E finalmente ao meu marido Marcos Augusto, pelo companheirismo, por ter acreditado na minha capacidade e por não ter deixado que eu desistisse no momento em que achei que não daria conta de realizar esse trabalho.

## ÍNDICE

<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>x</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xii</b>
<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>2 – A REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....</b>	<b>08</b>
<b>2.1 – O processo histórico de ocupação da região Noroeste.....</b>	<b>08</b>
<b>2.2 – As transformações econômicas no noroeste mineiro e os planos de desenvolvimento regional.....</b>	<b>12</b>
<b>3 – A EMERGÊNCIA DA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>20</b>
<b>4– A LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE PARACATU – MG.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 – A organização dos trabalhadores rurais e a primeira ocupação em Paracatu.....</b>	<b>34</b>
<b>5 – A LUTA PELA FAZENDA LAGOA RICA.....</b>	<b>49</b>
<b>5.1 – A fazenda: terra produtiva e fazenda improdutiva .....</b>	<b>49</b>
<b>5.2 – A ocupação.....</b>	<b>52</b>
<b>5.3 – O despejo.....</b>	<b>54</b>
<b>5.4 – A Segunda ocupação.....</b>	<b>56</b>
<b>5.5 – A passagem do acampamento para o assentamento.....</b>	<b>59</b>

<b>6 – A CONSOLIDAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE PARACATU.....</b>	<b>70</b>
<b>7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>85</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação do índice de GINI do município de Paracatu dos anos de 1970, 1980 e 1996.....	35
Gráfico 2 - Participação dos mediadores no processo de implementação dos assentamentos rurais no noroeste de Minas Gerais, no período de 1985 a 2001.....	43
Gráfico 3 – Número de famílias beneficiadas por assentamentos e o número de assentamentos no município de Paracatu, no período de 1996 a 1999.....	73
Gráfico 4 – Evolução do número de projetos de assentamentos de reforma agrária em Minas Gerais, no período de 1986 a 2001.....	74
Gráfico 5 – Evolução do número de assentamentos de reforma agrária na região Noroeste de Minas Gerais, no período de 1986 a 2001.....	75

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Escala de concentração da propriedade da terra.....	34
Figura 2 – Mapa da região Noroeste, localização da cidade de Paracatu e do Assentamento Nova Lagoa Rica.....	36
Figura 3 – Mapa das cidades da região Noroeste onde se concentram os assentamentos rurais.....	47
Figura 4 – Foto da vista panorâmica de uma das lagoas do Assentamento Nova Lagoa Rica.....	50
figura 5 – Foto da caixa de armazenamento do Condomínio das Águas.....	66

## LISTA DE SIGLAS

CAMPO – Companhia de Produção agrícola  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural  
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
PDA – Plano de Desenvolvimento Sustentável do assentamento  
PADAP – Projeto de Assentamento Dirigido ao Alto Paranaíba  
PFL – Partido da Frente liberal  
PLANOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
POLOCENTRO – Projeto de Desenvolvimento dos Cerrados  
PRODECER – Programa de Desenvolvimento do Cerrado  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário

SNCR – Sistema de Crédito Rural

UDR – União Democrática Ruralista

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

ULTRAB – União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## RESUMO

GRISOTTO, Rosely Fontes. M.S. Universidade Federal de Viçosa, abril 2003.  
**A luta pela terra no noroeste mineiro: a experiência em Paracatu – MG (1985 - 2000)** Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Conselheiros: Sheila Maria Doula e Franklin Daniel Rothman.

Este estudo procurou compreender a dinâmica do processo de implementação de assentamentos rurais no noroeste de Minas Gerais e, para isso, foram analisadas as conjunturas econômicas, políticas e sociais que possibilitaram a organização dos trabalhadores rurais para a criação do Assentamento Nova Lagoa Rica, no Município de Paracatu – MG, e como esse processo contribuiu para a consolidação da luta pela terra no município. Procurou-se reconstituir o processo histórico de ocupação da região Noroeste de Minas, as relações de produção e de trabalho que predominou nessa região desde o século XVII até meados do século XX e as transformações que ocorreram a partir da década de 60. Nesse processo de modernização da agricultura foram adotadas políticas públicas pelo estado que trouxeram importantes mudanças nas condições de vida e nas relações de trabalho dos trabalhadores rurais no noroeste mineiro, levando-os a criar estratégias de luta pela conquista e permanência na terra. Os movimentos sociais na região Noroeste emergiram no final da década e 70 em decorrência do processo de modernização da agricultura, promovidas pelas políticas dos governos militares da redemocratização do país e da emergência dos novos atores sociais na luta pela terra, momento em que se observa uma estrutura de oportunidade política

favorável ao desenvolvimento de novas idéias e emergência de movimentos sociais. Mas, n final da década de 80, esses movimentos passa por um refluxo devido a crise das entidades de mediação. A luta pela terra em Paracatu s volta a fortalecer a partir de 1993 devido ao agravamento da modernização da agricultura da transferência do pólo da FETAEMG de João Pinheiro para Paracatu associado a uma conjuntura sócio-política favorável a atuação e desenvolvimento dos movimentos sociais. Esses para promover ações de ocupação. O Assentamento Nova Lagoa Rica foi o elemento incentivador para que s trabalhadores rurais d município de Paracatu intensifiquem a organização em torno da luta pela terra a partir de 1996 e, no período de 4 anos, foram implementados nove assentamentos no município de Paracatu, devido à disputa política entre as lideranças do Sindicato dos trabalhadores rurais e as do pólo da FETAEMG, associado as diretrizes adotadas pelo governo federa, que tinha por intuito enfraquecer os movimentos sociais.

## ABSTRACT

GRISOTTO, Rosely Fontes. M.S. Universidade Federal de Viçosa, april 2003.  
**The fight for land of northeast of Minas Gerais: The experience in Paracatú - MG (1985 - 2000)** . Adviser: Jose Ambrósio Ferreira Neto.  
Committee Members: Sheila Maria Doula and Franklin Daniel Rothman.

This research intended to comprehend the dynamic of the process of rural settlement implementation at northeast of Minas Gerais and, for that, economic, political and social conjunctures were analysed making possible the organization of rural workers to creation of Nova Lagoa Rica Settlement, in the municipal district of Paracatu – MG, and how this process contributed to the consolidation of fight for land in the district. This work tried to reconstitute the historical process of occupation in the area of northeast of Minas, also the production and working relation that predominated in this area since the seventeenth century untill middle of the twentieth century and, the transformations that occured since the 60's decade. In this process of agricultural modernization, were adopted public politics by the State that brought important changes in the conditions of life and working relations of rural workers at northeast of Minas, conducting them to create fighting strategies by the conquest and permanence on the land. The social manifestations in the northeast area emerged in the end of the 70's decade in consequence of the modernization process of agriculture, promoted by the politics of the military governments; of the country's "redemocratização" and of the "emergência" of the new social actors in the fight for land, moment that we can notice a structure of political opportunity favorable to the development of new ideas and "emergência" of new social movements. However, in the end of the 80's

decade, these movements pass through a “refluxo” due to a crise of mediation entities. The fight for land in Paracatu only comes back stronger in 1993 due to worsening of agricultural modernization; transfer of FETAEMG Pole from João Pinheiro to Paracatu associated to a sociopolitical conjuncture favorable to performance and development of the social movements. These factors created conditions to rural workers organize themselves to promote occupation manifestations. Nova Lagoa Rica Settlement was the motivation element to rural workers of Paracatu municipal district intensify the organization through fighting for land in 1996 and, in the period of four years nine settlements were implemented in the district. In 1999 there was a new “refluxo” of social manifestation in the municipal district of Paracatu, due to political dispute between liderships of the Rural Workers Union and FETAEMG Pole, associated to guidelines adopted by the federal government that had by intention make the social manifestations weaker.

## 1- INTRODUÇÃO

A partir da metade da década de 50, o cotidiano da sociedade brasileira foi marcado, direta ou indiretamente, pelos impactos e ou imagens dos conflitos<sup>1</sup> envolvendo grupos de trabalhadores rurais excluídos do processo de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, do processo de construção da cidadania no país. Dentre esses conflitos, os oriundos das disputas por terra receberam maior atenção, quer seja pela maior capacidade de organização dos movimentos de defesa da reforma agrária<sup>2</sup> em todo o país, quer seja pela repercussão da violência que se abateu no campo, no decorrer das lutas. Tais conflitos se intensificaram devido à expulsão dos pequenos produtores rurais de suas terras em conseqüência da expansão da fronteira agrícola<sup>3</sup>, da implantação de grandes empresas rurais de florestamento e reflorestamento e pela construção de grandes usinas hidrelétricas por empresas estatais, principalmente a partir de meados da década de 60. O reforço do caráter mercantil da terra, derivado do processo de modernização da agricultura

---

<sup>1</sup> Segundo MELUCCI (2001), um conflito supõe a luta de dois atores pela apropriação de recursos valorizados por ambos. Os atores se enfrentam para o controle dos mesmos recursos.

<sup>2</sup> De acordo com o Estatuto da Terra, Art. 16 “a reforma agrária visa estabelecer um sistema de relação entre o homem, a justiça social, o progresso, o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do país, com a gradual extinção do latifúndio”.

<sup>3</sup> De acordo com MARTINS (1991), fronteira agrícola é uma faixa da terra que ainda não foi ocupada. Esse autor ressalta que, quando foram elaborados os programas governamentais para a expansão da Fronteira agrícola, estas já se encontravam povoadas, pela frente pioneira, a ocupação já havia acontecido. Implicando na emergência dos conflitos, uma vez que as pessoas já instaladas foram expulsas do local para dar lugar a programas de colonização ou implantação de empresas rurais. Cumpre destacar que outras formas de expropriação, como a grilagem, também contribuíram para a intensificação dos conflitos.

brasileira, implicou na ampliação da fronteira agrícola, tendo como conseqüência a expulsão de grande parte dos trabalhadores rurais do campo e a ampliação do êxodo rural.

Nessa conjuntura, o poder público passou a atuar nas áreas de conflitos, adotando medidas emergenciais para reduzir as tensões sociais. Essas medidas se basearam na desapropriação de latifúndio improdutivo<sup>4</sup> para implementação de projetos de assentamentos rurais, e também para dar resposta à opinião pública, e atender aos anseios dos trabalhadores rurais. É através dessas ações, que em grande medida resultaram das pressões exercidas pelos movimentos sociais que, a partir da década de 80, se intensificou em todo o Brasil o processo de implementação de assentamentos rurais.

Em todas as regiões do país percebe-se um amplo quadro de conflitos e tensão social e, do ponto de vista político, os assentamentos de reforma agrária surgiram como tentativa de inclusão econômica e social das famílias beneficiadas; o que não pode, no entanto, ser interpretado como um resultado efetivo de reforma agrária.

Para a compreensão dos processos sociais que perpassam a luta pela reforma agrária, é indispensável considerar-se o sistema de relações internas e externas que constitui a ação social; que, na perspectiva de MELUCCI (2001:46), é considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, com uma orientação intencional estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Para este autor, os movimentos sociais são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. Cumpre destacar que esses aspectos deverão estar articulados aos elementos conjunturais e estruturais que envolvem a questão.

Portanto, essa análise não deve se restringir apenas aos conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra e grandes proprietários de terras, mas deve considerar também a política geral do país, em diferentes contextos e conjunturas. Esse aspecto, visto sobre a concepção de TARROW (1998: 76-7), constitui o ponto fundamental para a compreensão da dinâmica dos

---

<sup>4</sup> Segundo a Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a grande propriedade é julgada produtiva ou improdutiva, segundo o conceito "por exploração". Para ser considerada produtiva, ela deverá ter 80% de utilização de sua área com 100% de eficiência. Caso isso não ocorra, essas grandes propriedades serão passíveis de desapropriação.

movimentos sociais, uma vez que para ele tal interpretação impõe a necessidade de se entender as estruturas das oportunidades políticas que são determinadas pelo ambiente político e que poderão estimular ou encorajar as pessoas a participarem em ações coletivas. Segundo esse autor, *oportunidades políticas são “ sinais para atores sociais ou políticos encorajarem-se, ou não, para o uso de seus recursos internos a fim de formar movimentos sociais”*. Os movimentos são criados quando os atores sociais percebem a existência de aliados e a vulnerabilidade de seus oponentes. Esse conceito não enfatiza somente estruturas formais, como as instituições estatais, mas estruturas de conflitos e de alianças que provêem recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos. Para Tarrow, são quatro as dimensões de oportunidades políticas: “a abertura de acesso ao poder, mudanças de alinhamento, viabilidade de aliados influentes e clivagens dentro das próprias elites”(TARROW – 1998: 77).

O autor coloca a sociedade política como um dos atores centrais no processo de geração de movimentos sociais. GOHN (1997) refletindo sobre as idéias de Tarrow diz que para esse autor os movimentos são menos produto do nível de mobilização e mais da vulnerabilidade política do opositores, ou da receptividade das demandas no sistema político e econômico como um todo. Segundo essa autora, se a análise for feita dessa forma os movimentos sociais ficam reféns do ambiente político, eles próprios teria pouca capacidade para a mudança e a inovação.

A análise em torno da relação existente entre sistemas políticos e movimentos sociais dificilmente poderá ser evitada quando o foco dessa análise são as sociedades complexas. Contudo, MELUCCI (1989: 54) entende que a abordagem, restringindo-se apenas aos aspectos políticos, terá o seu alcance limitado, uma vez que os conflitos nas sociedades contemporâneas transcendem o âmbito do político, afetando o sistema social como um todo. Este autor ressalta que, nas sociedades contemporâneas, a organização dos movimentos sociais está se tornando completamente diferente das organizações políticas tradicionais, pois estão adquirindo um maior grau de autonomia em relação aos sistemas políticos. Dessa forma, cria-se um espaço próprio para a ação coletiva. MELUCCI (2001: 20) define ação coletiva como

*“um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo”.*

A ação coletiva, segundo esse autor, é construída através de investimentos organizados, definidos em termos de conhecimento, campo de possibilidades e dos limites que percebem para fortalecer suas relações, dar sentido ao seu agir comum e aos objetivos que perseguem. Trata-se, portanto, de uma orientação finalizada que se constrói por meio de relações sociais no interior de um campo de oportunidades e de vínculos (MELUCCI – 2001:46).

De acordo com MELUCCI (2001) os atores sociais, através das ações coletivas, também provocam oportunidade políticas. Essas ações são definidas através das oportunidades e limites impostas pelo ambiente. Diferente de Tarrow esse autor diz que os movimentos sociais não são apenas orientados pelo ambiente político e econômico, eles criam também oportunidades políticas, buscam também solidariedade e identidade dentro de um sistema de relações, e para compreender como e porque os movimentos são criados, tem se que descobrir o sistema de relações internas e externas que constitui a ação.

É com base nessas abordagens teóricas que se procurou compreender a dinâmica do processo organizacional de implementação dos assentamentos rurais no noroeste de Minas Gerais. A pesquisa procurou responder como os elementos conjunturais e estruturais se articularam no sentido de possibilitar a organização dos trabalhadores rurais para a criação do Assentamento Rural Nova Lagoa Rica<sup>5</sup> no município de Paracatu, MG e como o processo de implementação desse assentamento contribuiu para a consolidação da luta pela terra no município? Para isso, foram analisadas as conjunturas políticas, econômicas e sociais que possibilitaram a organização dos trabalhadores rurais para a criação do referido assentamento. O estudo exigiu uma reconstituição histórica da questão agrária e da luta pela terra na região

---

<sup>5</sup> De acordo com depoimento de uma das lideranças do movimento sindical do município, antes de ser desapropriada o nome da fazenda era Lagoa Rica. Após a constituição do assentamento, foi denominada de Nova Lagoa Rica.

Noroeste, uma vez que se observa uma grande articulação entre o avanço do capitalismo no campo, com a ampliação do número de assentamentos em uma determinada região. Isto é, os elementos conjunturais e estruturais que determinaram a modernização da agricultura, principalmente nas áreas de cerrado, determinaram também mecanismos de organização dos trabalhadores rurais que fazem com que, na maior parte dos casos, as áreas de agricultura intensiva e capitalizada sejam também as que mais possuem assentamentos rurais.

A região Noroeste de Minas Gerais, cenário que abriga o universo da presente pesquisa, possui maior número de assentamentos rurais em relação ao total do Estado. Oficialmente, o Assentamento Nova Lagoa Rica foi criado em outubro de 1996 e abriga 111 famílias numa área de 5.209,96 hectares. A escolha desse assentamento, como objeto de estudo, justifica-se pelo fato de ter sido o primeiro a ser implementado no município de Paracatu, após um longo processo de luta com intensa mobilização dos trabalhadores rurais, configurando-se em um marco para o fortalecimento da luta pela terra nessa região.

Inicialmente, procurou-se proceder à análise das transformações econômicas e sociais ocorridas na região Noroeste de Minas Gerais, que, por um longo período, se manteve isolada das demais regiões do país e que, a partir da década de 60, passou a ser alvo das políticas públicas para o desenvolvimento do setor agrícola. Analisa-se, também, os efeitos da modernização da agricultura sobre a população envolvida na produção agropecuária, no período do regime militar e da transição democrática. A compreensão desses processos é importante por que suas características realçam a forma de ocupação da região, o tipo de relações de produção e a forma de trabalho que ali predominou. Nesta seção serão abordadas também as conseqüências da modernização da agricultura, a emergência e a evolução dos movimentos sociais de luta pela terra na região Noroeste.

Em seguida, buscou-se reconstituir o processo organizacional dos trabalhadores rurais em torno da luta pela terra em Paracatu, contexto em que se deu a primeira ocupação de terra no município. Foram discutidos também os elementos conjunturais e estruturais que influenciaram a

desarticulação do movimento dos trabalhadores rurais, no período de 1989 a 1993, e os fatores que influenciaram a retomada do movimento sindical a partir de 1993.

Prosseguindo, foi realizada a reconstituição histórica do processo de formação do Assentamento Nova Lagoa Rica, considerando-se a conjuntura sócio política em que ele foi implementado. A reconstituição iniciou-se com o relato do processo de organização dos trabalhadores rurais, realizado por suas lideranças, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, que resultou na ocupação da Fazenda Lagoa Rica. Procedeu-se a uma caracterização da área do assentamento, do perfil das famílias que participaram da ocupação, dos mediadores envolvidos nas negociações e as descrições das ocupações e despejos, até a constituição do assentamento.

No último capítulo, foi abordado o modo pelo qual o processo de criação do Assentamento Nova Lagoa Rica e o contexto sócio político influenciaram o enraizamento da luta pela terra no município de Paracatu e também os fatores que contribuíram para a desmobilização dos trabalhadores rurais a partir de 1999. Finalmente, apresentam-se algumas interpretações decorrentes do estudo desenvolvido.

Para a realização dessa pesquisa, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos, tais como: pesquisa bibliográfica e documental, visando a composição de um quadro teórico e conceitual que possibilitasse interpretar a realidade estudada, e pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com lideranças locais e regionais e também com moradores do Assentamento Nova Lagoa Rica, que participaram de todo o processo de luta pela Fazenda Lagoa Rica. As entrevistas possibilitaram o entendimento das relações que se desenvolveram ao longo do processo de organização dos trabalhadores rurais e da constituição do referido assentamento.

Para melhor compreender o processo de consolidação da luta pela terra, após a implementação do Assentamento Nova Lagoa Rica, foram realizadas, ainda, entrevistas com os Presidentes das associações de outros

assentamentos do município de Paracatu: Jambreiro, XV de Novembro, Santa Rosa, Hebert de Souza e Tiro e Queda. A atividade de campo foi realizada no mês de setembro de 2002. Vale ressaltar que a pesquisadora já havia realizado uma visita à região no ano de 2000, situação em que teve a oportunidade de fazer o primeiro contato com as lideranças.

## **2- A REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES**

### **2.1 – O processo histórico de ocupação da região Noroeste**

A dinâmica de ocupação de um território tem grande possibilidade de determinar a consolidação da estrutura fundiária do mesmo, bem como determinar também o tipo de relação de produção e de trabalho. FERREIRA NETO (1993) ressalta que a história de ocupação das terras do noroeste de Minas, a partir do século XVII, revelou a estrutura fundiária e a origem das lutas sociais na região.

O processo de ocupação da região Noroeste de Minas Gerais foi marcado por dois fluxos de migração: um, vindo do norte, representado pelos vaqueiros que conduziam gado das províncias de Pernambuco e Bahia e, que aos poucos foram se estabelecendo na área; e outro, vindo do sul, formado por bandeirantes paulistas. O Rio São Francisco e seus afluentes<sup>6</sup> também tiveram grande influência na ocupação e exploração da região, pois, sendo rios navegáveis, faziam a integração do noroeste mineiro com os grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (FERREIRA NETO, 2002).

---

<sup>6</sup> A região Noroeste de Minas é banhada pelo Rio São Francisco e seus afluentes, Paracatu, Urucuia e Carinhanha. Dentre as regiões banhadas por esse rio, esta é a mais favorecida em relação ao volume de água (MATA-MACHADO 1991).

A existência de grande quantidade de terra inexplorada na região Noroeste permitiu que estes primeiros habitantes ocupassem vastas extensões, constituindo grandes fazendas de criação de gado. Algumas cidades da região tiveram maior importância na atividade de transporte de mercadorias, tendo momentos de desenvolvimento seguidos por longos períodos de decadência, como foi o caso do município de Pirapora - MG. Contudo, o elemento fundamental para a compreensão da dinâmica econômica e social do Noroeste mineiro foi a presença do grande fazendeiro.

A sociedade agrária regional, a partir do século XVII, foi sendo constituída por proprietários de grandes fazendas, vaqueiros, camaradas<sup>7</sup> e agregados<sup>8</sup>. As propriedades rurais eram agrupamentos de parentes, em que uns eram subordinados a outros mais influentes, constituindo clãs que dominavam extensas regiões. MATA-MACHADO (1991) ressalta que muitas famílias de proprietários rurais derivaram de vaqueiros enriquecidos e que, por motivos diversos, como o comércio ou a política possibilitaram acumular fortuna em gado. As cidades foram crescendo e reproduzindo características e relações políticas, sociais e econômicas que estão relacionadas com o latifúndio, o coronelismo e o clientelismo.

Os coronéis eram comerciantes e grandes proprietários de terras, cujo poder baseava-se em três elementos: riqueza, parentela e qualidades pessoais de mando. Os grupos políticos interessados no controle do estado buscavam apoio eleitoral nos coronéis e estes davam apoio em troca de benefícios para os chefes locais e seus municípios. Os coronéis tinham grande influência sobre as pessoas do local; as que faziam parte do seu "curral eleitoral" eram consideradas seus clientes<sup>9</sup> (MATA-MACHADO -1991).

Alguns autores como MATA - MACHADO (1991) e FERREIRA NETO (2000), ao refletirem sobre o processo de ocupação da região Noroeste de Minas, apontaram que ali se desenvolveram duas atividades paralelas: de um

---

<sup>7</sup> Camaradas eram pessoas que trabalhavam em serviços nas fazendas.

<sup>8</sup> Segundo MATA-MACHADO (1991) os agregados eram pessoas que não possuíam terra própria, colocavam-se sob a guarda de um fazendeiro, numa relação de compadrio, recebiam proteção, e nas terras dele plantavam para o próprio sustento, trabalhavam para o fazendeiro e serviam também de exército em época de conflitos.

<sup>9</sup> Martins (1981) afirma que dentre os clientes políticos, os pequenos comerciantes também se colocavam sob a tutela política dos coronéis. O voto era tratado como mercadoria, trocado por benefícios e presentes.

lado a produção mercantil, a pecuária baseada na grande propriedade, atividade desenvolvida pelos fazendeiros, e de outro, inúmeras unidades voltadas para a agricultura familiar de subsistência, sem integração com o mercado, desenvolvidas pelos agregados no interior das grandes fazendas, ou por lavradores sem terra e posseiros. A pecuária extensiva era a atividade predominante, favorecida pela imensa extensão de terra. Esse espaço ilimitado não demandava a utilização de muita mão-de-obra, pois a pecuária absorvia apenas trabalhos elementares e temporários

A região Noroeste, por um longo período, caracterizou-se por um relativo isolamento; entretanto, esse isolamento foi rompido em alguns momentos em que a região passou a se relacionar economicamente com áreas mais desenvolvidas. O primeiro período de quebra desse isolamento ocorreu no século XVII, durante o ciclo da mineração, na região central de Minas Gerais e Goiás, época em que o sertão mineiro teve papel importante no abastecimento de produtos de subsistência para as regiões de mineração. Entretanto, no início do século XVIII esta região voltou ao isolamento, em parte devido à proibição do comércio que era realizado pelo caminho do sertão, pela promulgação da carta régia de 1701, que obrigou os mineiros a estabelecer relações comerciais com outras regiões. Em decorrência dessa proibição, as mercadorias européias, que antes vinham de Salvador, passaram a ser transportadas pelo Rio de Janeiro.

Em alguns períodos do século XVIII e XIX, mais especificamente durante as Guerras de Independência e de Secessão respectivamente, os Estados Unidos diminuíram a sua produção de algodão e o Brasil passou a suprir a demanda, passando a exportar esse produto em ramas para a Inglaterra, até a regularização do comércio entre aqueles dois países. Boa parte desse algodão era produzido na região Noroeste e graças à abundância de matéria-prima e a um mercado consumidor emergente houve o aparecimento e desenvolvimento de 20 indústrias têxteis em Minas Gerais, entre 1872 e 1899.

Um terceiro período que a região Noroeste rompeu com o isolamento, foi no início do século XX, período do ciclo da borracha<sup>10</sup>. Segundo MATA -MACHADO (1991), entre 1902 e 1911 ocorreu o auge da exportação de borracha pelo noroeste mineiro e a grande demanda por esse produto estimulou os fazendeiros a plantarem a maniçoba, pois até então só a planta nativa era explorada. De acordo com esse autor, essas iniciativas frustraram devido à concorrência na produção da borracha pelo oriente, que superou o produto brasileiro em quantidade e qualidade.

No entanto, com o final desses ciclos de prosperidade a região entrava novamente em uma trajetória de estagnação econômica e involução populacional.

Desde o Império, diversas políticas econômicas tiveram como meta integrar o vale do São Francisco, no qual se localiza o noroeste mineiro, ao eixo de desenvolvimento econômico do país, objetivando unificar o mercado interno e garantir a integridade nacional. No entanto, a distância da região Noroeste em relação aos centros econômicos e os obstáculos encontrados para o desenvolvimento da navegação a vapor no Rio São Francisco, não possibilitaram essa integração (TORRES - 2000).

Um claro exemplo dessa tentativa de integração ocorreu em 1925, quando o Estado concebeu um vasto plano de incremento da economia da região Noroeste. Esse plano previa o desenvolvimento de lavouras de algodão e mamona, bem como o aparelhamento da indústria madeireira e da pesca; além disso, previa a construção de estradas de rodagem para completar a navegação fluvial, a construção de portos, a instalação de colônias à margem do rio e de um campo de sementes para seleção e distribuição à população local (MATA -MACHADO - 1991).

No entanto, de acordo com esse autor, o referido plano foi realizado apenas em parte, não alcançando os resultados esperados de integrar a região Noroeste às outras regiões do país. Essa região continuou mantendo as mesmas características: economia agropastoril e sociedade estratificada com predomínio de relações de compadrio. Neste sentido, a região Noroeste

---

<sup>10</sup> Segundo MATA - MACHADO (1991) “no início do século XX, durante um curto período, a febre da borracha atingiu a região Noroeste, que era rica em maniçoba e mangabeira, árvore das quais se extraiu o látex.

continuou isolada das outras regiões do país, mantendo um desenvolvimento lento e retardatário.

De acordo com FERREIRA NETO (2002) essa situação só começa a se alterar de fato a partir do final da década de 50, com a construção da cidade de Goiânia e da capital, Brasília, bem como com a instalação da Usina Hidrelétrica de Três Marias, que impulsionaram todo o processo de desenvolvimento de infra-estrutura básica até então inexistente naquela região. A construção da rodovia BR-040 foi o destaque desse desenvolvimento, pois fez a integração do noroeste do estado com os grandes centros industriais do país.

Apesar do desenvolvimento em diversos ciclos de prosperidade econômica, até a década de 60 a região do cerrado mineiro ainda não havia sido utilizada por atividade agrícola de cunho mais intensivo. É a partir da década de 60, com mais intensidade na década de 70, que essa região se integra ao processo de desenvolvimento econômico do país, no bojo da modernização da agricultura. Os governos militares passaram a implementar políticas de incentivo à entrada do capital no campo, que se apresentavam sobre a forma de diversos “planos de modernização” e tinham como intuito integrar o noroeste mineiro e demais áreas do cerrado e do Centro-Oeste e, por conseguinte, ao desenvolvimento econômico do país.(FERREIRA NETO, 2002).

Essas políticas provocaram grandes transformações no meio rural, extrapolando as questões de ordem econômica e produtiva. Houve grande transformação no sistema de dominação tradicional com a chegada de novos atores, como os proprietários do setor agro industrial, enfraquecendo muitas vezes o poder político das oligarquias locais.

## **2.2 – As transformações econômicas no noroeste mineiro e os planos de desenvolvimento regional.**

A partir da década de 1930, o Estado passou a adotar políticas públicas, objetivando incentivar a industrialização como forma de promover o desenvolvimento econômico do país. Os planos de governo previam a

implantação de um parque industrial para aumentar a produção e substituir as importações e, neste contexto, a atividade agrícola era vista apenas como fonte de recursos destinados aos projetos de industrialização. Já a década de 60 foi marcada pelo desenvolvimento de políticas públicas que tinham por objetivo a integração do setor agrícola ao setor industrial.

Na região Noroeste de Minas Gerais, a passagem da situação de isolamento para uma situação na qual iniciou-se um processo de desenvolvimento aconteceu no período do regime militar, quando os governos passaram a implementar políticas de incentivo à modernização da agricultura, buscando a incorporação desta ao processo de acumulação capitalista, no intuito de promover a transformação tecnológica e a ocupação das áreas de cerrado.

No período do regime militar, o Estado referenciado no Estatuto da Terra assumiu o papel básico de coordenar o desenvolvimento rural do país e propôs a reforma da estrutura fundiária através da transformação do sistema produtivo de áreas tradicionais. É importante destacar três questões relevantes para a compreensão do desenvolvimento agrícola do país a partir da década de 60, em nível nacional, e do Noroeste mineiro:

- **Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR**, política de financiamento. DELGADO (1995) ressalta que esse crédito concedido pelo Estado a taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticas), constituiu-se no principal mecanismo de articulação do Estado para atender aos interesses agro-industriais. Com a implementação dessa política, houve um grande aumento da demanda por insumos modernos, criando-se, assim, o espaço de mercado para a consolidação do complexo agro-industrial.

- **Política Tecnológica** se constituiu de três linhas: *Inovações mecânicas*, que afetaram diretamente as relações de trabalho, tendo como consequência a diminuição da mão-de-obra no meio rural; *inovações físico-químicas*, que modificaram a qualidade do solo, elevando a produtividade do trabalho;

*Inovações biológicas*, que provocaram uma transformação na base do processo produtivo, acelerando o período de produção.

· **Política fundiária.** foi a política governamental que regulou a propriedade das terras rurais e sua utilização econômica e social. O Estatuto da Terra<sup>11</sup> de 1964, foi o marco legal dessa política fundiária e, sobretudo, nos programas de implementação de pólos de desenvolvimento rural e de colonização agrícola.

Esse conjunto de ações do Estado, bem como os avanços tecnológicos nos campos da física, química e biologia permitiram que a agricultura do cerrado surgisse como uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico e regional. Além desses incentivos, destacou-se também um conjunto de políticas adotadas pelo Estado no contexto da modernização conservadora<sup>12</sup>. FERREIRA NETO (2002) afirma que, em Minas Gerais, a atuação do governo foi mais efetiva para a promover o desenvolvimento, através da implementação de vários programas de desenvolvimento agropecuário que contribuíram para o delineamento do atual quadro fundiário da região Noroeste. Dentre os quais destacam-se:

· **PLANOROESTE** – Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais, promovido pelo Governo Estadual, teve por objetivo fomentar o desenvolvimento da região. Segundo TORRES (2000), esse plano

---

<sup>11</sup> De acordo com MARTINS (1981), o Estatuto da Terra abriu a possibilidade de uma reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo que descartou a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional. O governo militar poderia, assim, a partir de então controlar duas tendências aparentemente contraditórias em favor de uma primeira: de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; e de outro uma política de redistribuição de terras nos lugares em que as tensões sociais passaram a ser definidas como perigo à segurança nacional, isto é, à estabilidade do regime militar.

<sup>12</sup> De acordo com BRUMER & SANTOS (1997) modernização conservadora foi o nome dado às políticas adotadas pelo regime militar, que tinham por objetivo promover a transformação tecnológica da agricultura, buscando a integração do setor agrícola e o setor industrial, dando condições para o desenvolvimento do complexo agro-industrial. O projeto dos governos militares era promover o desenvolvimento capitalista de produção para o mercado externo e, para isso, foram criados vários instrumentos para incentivar o desenvolvimento tecnológico no campo, sendo o crédito subsidiado o mais importante, pois beneficiava principalmente grandes empresarurais.

previa a criação de uma infra-estrutura capaz de motivar a instalação da atividade particular em termos de produção empresarial, atuou em três programas básicos: assentamentos de colonos, infra-estrutura regional e assistência técnica, com recursos do governo federal e estadual. Para desenvolver esse plano foi criada a RURALMINAS – Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário. Inicialmente, o objetivo da RURALMINAS era desenvolver esse plano na região Noroeste e, posteriormente, ampliá-lo para todo estado.

- **O PADAP** – Projeto de Assentamento Dirigido ao Alto Paranaíba, também criado pelo governo do Estado de Minas Gerais em 1973. Constituiu-se em um plano de colonização dirigida e de irrigação. Pretendia, em três anos, introduzir, nesta região, atividades agropecuárias e agro-industriais com bases empresariais, numa associação entre o setor público e privado. De acordo com FRANÇA (1984), este programa teve como alvo a região do alto Paranaíba, mas refletiu na região Noroeste do Estado, por causa da instalação de um perímetro de irrigação no município de Paracatu.

- **O POLOCENTRO** – Projeto de Desenvolvimento do Cerrado, criado em 1975 pelo governo federal: tinha por finalidade promover o desenvolvimento e a modernização da atividade agropecuária nos Estados do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial.

- **O PRODECER** – Programa de Desenvolvimento do Cerrado: realizou projetos de colonização. Segundo TORRES (2000), este programa foi executado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), por meio de convênios entre os governos brasileiro e japonês, realizando projetos de colonização nos municípios de Paracatu, Coromandel e Iraí de Minas.

Ao desenvolver esses programas, o Estado beneficiou determinados

segmentos do capital, e propiciou um grande aumento na produção e na produtividade agrícola, criando, dessa forma, uma série de transformações na estrutura produtiva da região Noroeste, tais como: alteração da estrutura fundiária, especialização da produção e mudanças na relação de trabalho, passando a predominar a mão-de-obra temporária. NASCIMENTO (2002), ao refletir sobre os fatores que contribuíram para acelerar o desenvolvimento na região Noroeste, destaca também a criação da RURALMINAS em 1966, que tinha por objetivo resolver o problema da ocupação do cerrado em face do grande vazio demográfico. De acordo com esta autora, sua criação se deu no contexto do 1º Plano Integrado de Desenvolvimento da região Noroeste de Minas, cuja ênfase era a colonização e o desenvolvimento de infra-estrutura econômica, com a criação de excedentes agrícolas para o mercado da região e de Goiás. Propunha ainda contribuir para a aceleração do crescimento da economia mineira. As regiões de atuação compreendiam as zonas fisiográficas de Paracatu e do Alto Médio São Francisco.

A região Noroeste já contava, na década de 60, com uma boa infraestrutura de transporte, armazenamento, e energia elétrica, considerada um amplo suporte para a produção agrícola. Havia também uma grande disponibilidade de tecnologia agrícola moderna e específica para a região do cerrado, que garantia a implantação de empreendimentos econômicos e socialmente viáveis em áreas totalmente vazias.

FRANÇA (1984) destaca que a partir da implantação desses programas de desenvolvimento do Estado para o cerrado, este passou a ser ocupado por de uma moderna forma de colonização, que teve por base a organização da produção, por meio de empresas tipicamente capitalistas. O desenvolvimento dessas empresas no cerrado transformou a estrutura produtiva existente, provocando a destruição das explorações familiares e ameaçando a sobrevivência das grandes fazendas, cujas atividades eram baseadas na exploração extensiva. Este autor continua sua análise declarando que a penetração do capital na agricultura de cerrado se deu de forma próxima da teoria clássica desenvolvida por Kautsky e Lênin, para a qual, a modernização levaria à desintegração do campesinato, à proletarização, à expansão da grande exploração e à formação da burguesia rural.

Entretanto, MARTINS (1991) assinala que o trabalhador rural, diferentemente do trabalhador urbano, não se tornou proletário, isto por que uma parte dos expropriados ocupou novos territórios para tentar reconquistar a sua autonomia de trabalho, indo no contra-fluxo das leis do capital.

O desenvolvimento do cerrado era de extrema importância para os diversos interesses da política de modernização. O governo pretendia expandir a produção industrial e, para isso, precisava criar demandas por máquinas, implementos e insumos agrícolas. Neste sentido, o desenvolvimento de uma agricultura com bases empresariais, utilizando tecnologia moderna, era o principal objetivo da política econômica dos governos militares em vigor nos anos 70 (TORRES - 2000). A modernização do cerrado se apresentava como mais adequada para viabilizar as políticas e as diretrizes estabelecidas pelo governo.

Segundo NASCIMENTO (2002), a partir de meados dos anos 80, o noroeste mineiro já estava praticamente ocupado e seus estabelecimentos agrícolas alterados: boa parte das unidades apresentavam agricultura de média intensidade, elevados níveis de tecnificação e produtividade apreciável. A região passou a destacar-se como produtora de soja, milho, café e feijão, além de ter importante participação na produção regional de arroz e de mandioca e, ainda, de grande parte do rebanho bovino da região do cerrado.

Com a implementação dos já aludidos programas de desenvolvimento rural, os pequenos produtores foram ficando à margem desse processo<sup>13</sup>, pois os subsídios governamentais atendiam apenas aos empresários rurais; incentivavam os que já tinham condições de produzir a aumentar sua produtividade, mas não desenvolveram políticas para assegurar a sobrevivência da pequena produção. Dessa forma, com o aumento do uso dos fertilizantes e de outros produtos químicos utilizados na agricultura uma enorme quantidade de terra, antes considerada de baixa fertilidade passou a ser incorporada em diversos programas de ocupação e de estratégia de desenvolvimento da região. Esses programas de desenvolvimento atraíram para o Noroeste mineiro agricultores de outros estados, onde a modernização

---

<sup>13</sup> MARTINS (1991) ao refletir sobre essa questão, afirma que, embora seja amplamente reconhecido pelo governo que a maior parte da alimentação em nosso país é produzida por pequenos lavradores e não por empresas capitalistas, não se produziu uma política de incentivos fiscais para esses produtores.

da agricultura já havia se consolidado. Assim, a colonização dirigida, promovida pelos governos militares, estimulou a modernização tecnológica das áreas mais atrasadas, visando a integração econômica com áreas mais desenvolvidas como o Sul e o Sudeste do País.

O processo de modernização da agricultura da região Noroeste trouxe várias conseqüências: melhora nas condições de infra-estrutura regional; mudanças nas relações de trabalho e na geração de riquezas, devido ao aumento de produtos para exportação; maior concentração da terra e aumento da produtividade; especulação fundiária, resultante da escala de produção do novo modelo; e os mecanismos creditícios e fiscais, que contribuíram para a expulsão de posseiros<sup>14</sup>, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários, provocando a diminuição do emprego permanente no meio rural.

Segundo a análise de SILVA (1994), a diminuição do emprego permanente e o aumento do trabalho temporário no meio rural foi resultado de três tendências observadas no campo:

1 – Constituição dos complexos agro-industriais – promoveu a integração entre os setores. Os capitais bancários, industriais e agrários passaram a não mais operar isoladamente estes capitais começaram a se entrelaçar dentro do setor agrícola.

2 – Redução do papel da pequena produção no processo de desenvolvimento capitalista – a partir da década de 70, a pequena produção começou a perder seu espaço, quer seja como produtora de bens, quer seja como reserva de mão-de-obra. SILVA (1994) ressalta que, a partir de 1975, com a maturação dos projetos governamentais do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, a pequena produção e a produção camponesa foram compactadas nos dois elementos que contribuíram fundamentalmente para o desenvolvimento capitalista: a produção de bens alimentícios e a produção de força de trabalho. No que se refere à produção de força de trabalho, formaram-se, nas periferias das cidades, grandes contingentes de mão-de-obra temporária, composta principalmente pela população do campo.

---

<sup>14</sup> Segundo MARTINS (1981): “ no Brasil, o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário é classificado como ocupante de terra, nos censos oficiais ou como posseiro”.

3 – Ampliação da sazonalidade do trabalho – os picos de mão-de-obra cresciam cada vez mais nas épocas de colheita em função da elevação da produtividade, resultante do maior emprego de fertilizantes e variedades selecionadas.

Nessa perspectiva, a política de modernização dos governos militares atendeu aos interesses do setor agro-industrial, não somente aos grandes produtores agrícolas, mas sobretudo aos interesses do setor urbano-industrial da economia brasileira, em decorrência do aumento do consumo de fertilizantes, agrotóxicos e maquinaria agrícola. De maneira geral, essa política de modernização atendeu também aos interesses das empresas multinacionais que aqui se instalaram.

Nessa conjuntura, intensificaram-se os problemas sociais e econômicos na região Noroeste, pois os planos governamentais não estimularam o desenvolvimento da pequena produção nem a geração de empregos. Os trabalhadores rurais já não conseguiam produzir para sua subsistência nem tampouco vender sua força de trabalho. Começaram então os problemas relacionados à permanência dos trabalhadores rurais no campo, tais como: expulsão dos agregados das fazendas, desemprego e alto grau de exploração do trabalho. Diante disso, a terra passou a ser elemento de disputa e de conflito entre os proprietários e os trabalhadores rurais. Tema que será abordado no próximo capítulo.

Resumindo, procurou-se reconstituir, nesse capítulo, o processo histórico de ocupação da região Noroeste de Minas, as relações de produção e de trabalho que predominaram nessa região desde o século XVII até meados do século XX e as transformações que ocorreram a partir da década de 60 após a implementação dos programas de desenvolvimento da agricultura pelos governos militares.

### **3 - A EMERGÊNCIA DA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS**

A penetração do capital no campo, a partir da década de 50, pelas grandes empresas rurais, associada à modernização tecnológica do processo produtivo, mudou drasticamente a condição de vida dos trabalhadores rurais, bem como sua relação de trabalho. Até então predominava no campo a presença do grande fazendeiro, que abrigava em suas fazendas trabalhadores agregados, numa relação de favor e de apadrinhamento. As grandes transformações na base da economia agrícola trouxeram conseqüências determinantes nas mudanças nas relações de trabalho. Houve significativa valorização das terras, devido aos incentivos fiscais e creditícios proporcionados pelo governo, e uma intensificação na forma sazonal de utilização de mão-de-obra rural, o que propiciou a expulsão dos trabalhadores agregados das grandes fazendas.

Diante disso, os trabalhadores rurais se encontravam em precárias condições de sobrevivência. Expulsos da terra, eles eram “obrigados” a migrar para os centros urbanos e quando conseguiam trabalho nas grandes fazendas ou empresas rurais, eram admitidos mediante baixos salários. Assim, o processo de migração da população rural para as cidades aumentou massivamente.

Uma das primeiras tentativas desenvolvidas por parte dos trabalhadores rurais, pela busca de seus direitos, relacionada à questão da terra, remete ao

ano de 1953<sup>15</sup>, ano em que os trabalhadores rurais começaram a ganhar força para lutar contra a exploração e passaram a reivindicar seus direitos. Neste ano, foi realizada a I Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas e, neste mesmo período, desenvolveram-se em todo o país lutas de posseiros contra a expropriação de suas terras pelos grandes proprietários. Paralelamente a estes acontecimentos, foi criada, no Estado de São Paulo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTRAB), que tinha como objetivo promover a organização de sindicatos, lutas por direitos civis e trabalhistas para os trabalhadores rurais e também pelo seguro social. Intensificou-se também a pressão por parte dos trabalhadores pela realização da reforma agrária. Diante dessas iniciativas, as ações dos trabalhadores rurais passaram a ter mais visibilidade, pois os meios de comunicação iniciaram um processo de divulgação, fazendo com que os trabalhadores rurais ganhassem mais força em sua luta. É também nesse período que surgiu no Nordeste, com ramificações em todo o país, as Ligas Camponesas, defendendo a bandeira da reforma agrária<sup>16</sup>.

Logo, as lutas dos trabalhadores ganharam nova dimensão. As organizações camponesas e os sindicatos passaram a ser disseminados em todo o país sendo que, a principal reivindicação era a distribuição de terra e uma justa reforma agrária. A explosão de vários movimentos em todo o país levou o presidente João Goulart a reconhecer, em 1962, a organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e o Estado passou a adotar políticas visando o desenvolvimento do capitalismo nacional, para uma melhor distribuição da riqueza, de forma que mantivesse o poder aquisitivo dos trabalhadores. Segundo SAUER (1998), no governo João Goulart, a reforma agrária era compreendida como instrumento para romper com as relações arcaicas no campo e criar um mercado consumidor de bens industriais. Ainda no Governo Goulart, em 1963, o Congresso aprova a lei nº4.212, que definia o Estatuto do Trabalhador Rural - ETR, que significava a extensão dos direitos trabalhistas já conquistados pelos trabalhadores do setor urbano, para os trabalhadores do campo.

---

<sup>15</sup> Um amplo conjunto de movimentos e lutas de trabalhadores rurais, alguns de caráter eminentemente messiânico, antecede a década de 20, do século XX e não serão objeto deste trabalho. Ver MARTINS (1981).

<sup>16</sup> Sobre as Ligas Camponesas ver AZEVEDO, 1982.

Essas políticas foram interrompidas pelo golpe militar de 1964. Para apaziguar os conflitos que cresciam no campo, o então presidente, Marechal Castelo Branco, promulgou o Estatuto da Terra, “que assegurava à todos a oportunidade à propriedade da terra, condicionada a sua função social” ( art 2º), criando instrumentos para a realização de uma reforma agrária. O Estatuto da Terra propunha também uma série de direitos concedidos ao trabalhador rural, tais como: férias, 13º salário e aposentadoria. Essas medidas não tiveram o apoio dos proprietários de terras, que as consideraram onerosas, impraticáveis, gerando uma enorme dispensa de mão-de-obra, que se dirigiram em massa para as cidades.

SAUER (1998) ressalta que o Estatuto da Terra foi criado como instrumento legal, capaz de controlar as demandas dos trabalhadores rurais que passariam a ser administradas no âmbito político, sem a participação dos movimentos sociais. Segundo a análise de MINC (1985), a criação do Estatuto da Terra veio para arrefecer o ímpeto dos movimentos sociais que vinham ganhando força em todo o Brasil, bem como para enfraquecer os movimentos sindicais que estavam se fortalecendo a cada dia. O Estatuto da Terra apresentava uma “solução de compromisso” por parte do Estado, ficando a seu cargo todo o processo de implementação da reforma agrária, fato este encarado como uma derrota para os trabalhadores rurais, levando-se em conta o progresso alcançado até aquele momento.

O Estatuto da Terra propunha reformas que caberiam ao Estado implementar, não considerando a participação dos sindicatos e quaisquer organizações representativas dos trabalhadores rurais. A intenção do Estado era criar uma “atitude de expectativa e espera”, diminuindo dessa forma as iniciativas dos movimentos dos trabalhadores rurais, que eram os principais interessados na reforma agrária. Neste período, a luta pela reforma agrária foi reprimida pelos limites legais impostos pelo Estatuto da Terra, pela repressão política e pela criação de projetos de colonização.

Os projetos de colonização implementados pelos governos militares visavam a modernização da agricultura e a abertura de novas áreas de produção agrícola no Norte e Centro-Oeste do país, com a finalidade de assentar posseiros e trabalhadores rurais sem-terra, oriundos de áreas de

conflitos fundiários ou de inundação pela construção de barragens. Foi, também, uma estratégia adotada para diminuir as tensões sociais nas regiões Sul e Sudeste onde a modernização da agricultura já havia se consolidado.

Nesse período, os governos passaram a adotar políticas nacionais de caráter modernizador e de incentivo à entrada do capital no campo. As políticas de incentivos fiscais para o povoamento e reflorestamento da Amazônia, a construção de estradas como a Transamazônica e os “planos de modernização” e ocupação do cerrado valorizaram ainda mais as terras, despertando o interesse das empresas capitalistas e grileiros, que vieram instalar-se nestas áreas, onde os posseiros e agregados residiam há várias décadas. Dessa forma, os conflitos intensificaram-se em todo o país, o que levou os governos militares a adotar medidas de repressão, usando de violência para contê-los.

A partir de uma atuação estritamente legalista, os sindicatos passaram a configurar suas ações de forma assistencialista, atuando apenas como intermediários entre o governo e os trabalhadores rurais, em um processo de cooptação. Os governos, além de cassar e perseguir dirigentes sindicais, centralizou as contribuições sindicais em suas mãos e distribuiu poucos recursos para suas atividades, isso diminuiu a adesão dos trabalhadores rurais provocando o enfraquecimento dos mesmos. Segundo MEDEIROS (1989), o papel dos sindicatos passou a ser o de fazer valer o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, sempre dentro da lei.

Diante desse cenário, verificou-se uma situação em que, segundo a concepção de TARROW (1998), quando as oportunidades políticas são desfavoráveis, os movimentos sociais se dispersam e se desarticulam. Portanto, verifica-se que “mudanças nas oportunidades políticas influenciam na emergência ou no recuo dos movimentos sociais e também podem ser responsáveis por seus desdobramentos”. Exemplo disto pôde ser observado durante o regime militar, em que os trabalhadores rurais, que lutavam pelo direito de permanecerem nas terras, foram reprimidos mediante violência e desarticulados pelo processo de cooptação dos sindicatos, criando um cenário de incertezas.

No final da década de 70, o agravamento das conseqüências da

modernização da agricultura e a crescente mobilização social pela redemocratização e abertura política do país evidenciaram uma estrutura de oportunidade política favorável para que os movimentos sociais retomassem a luta pela terra. A partir de 1979, os conflitos tornaram-se mais evidentes. Neste ano, em Pernambuco, dois mil cortadores de cana paralisaram suas atividades em busca de melhores salários e melhores condições de trabalho, contando com a participação de 23 sindicatos. No ano seguinte, o movimento se repetiu, 240 cortadores de cana, de 42 municípios da Zona da Mata de Pernambuco, entraram em greve, constituindo a maior greve do país. Movimento semelhante aconteceu em São Paulo e, em 1981, no Rio Grande do Sul 600 famílias de lavradores acamparam na Encruzilhada Natalino. Nos movimentos acima citados, os sindicatos reviram suas posições e passaram a atuar de forma ativa, articulando planos e colocando-os em prática junto aos trabalhadores rurais. Segundo SAUER (1998), esses movimentos obtiveram grande repercussão, o que fez com que se reabrissem a discussão sobre a política agrária do governo e seus projetos de colonização.

Esse cenário nos permite vislumbrar, pelo “conceito das oportunidades políticas de Tarrow”, um momento caracterizado por um expressivo ciclo de protesto e de grandes oportunidades para os movimentos sociais, visto que houve maior abertura política e também emergência de aliados, tais como: Igreja Católica, sindicatos mais combativos, Organizações não-governamentais - ONG's e divisão das elites políticas. Após a concessão de anistia, abriu-se espaço para grupos políticos de oposição de base, que passaram a ter acesso aos sistema político. A crise do regime militar provocou a fragmentação entre as elites militares, alguns apoiavam a abertura política outros se mostravam contra.

“Ciclo de protesto caracteriza-se por uma fase de conflitos e disputas intensificadas nos sistemas sociais, incluindo: rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados, passo estimulante de inovação nas formas de disputa” (Tarrow, citado por GOHN – 1997:96).

GOHN (1997) corrobora com a idéia de Tarrow quando afirma que durante os momentos de pico de um ciclo de protesto, criam-se incentivos

para o surgimento de novas organizações e de novos movimentos sociais.

Neste contexto de mudanças e transformações políticas, além dos **arrendatários, meeiros e posseiros**, surgiram novos atores no âmbito dos movimentos sociais, como: os **atingidos por barragens**<sup>17</sup>; os **trabalhadores rurais assalariados**<sup>18</sup>, os **agricultores integrados**<sup>19</sup>, **ribeirinhos e quilombos**. A presença desses novos atores, associada a uma nova conjuntura política, propicia o desenvolvimento de novas idéias a partir do final da década de 70 e início de 80, imprimindo novas características aos movimentos sociais. Segundo RICCI (1989), os movimentos sociais do final da década de 70 revelaram a construção de identidades mais complexas e pareceram esboçar novas formas de organização e representação muito mais audaciosas e atuais que as estruturas sindicais até então existentes.

Assim, o que se pôde perceber como resultado desse conjunto de fenômenos sociais foi a formação, entre os trabalhadores rurais de uma identidade coletiva de luta e de resistência de várias categorias por melhores condições de vida, em busca da construção da cidadania.

Os conflitos dos anos 80 revelaram essas novas características. Os atores nos conflitos eram cada vez mais temporários e sua função era revelar os projetos, anunciando à sociedade que existiam problemas fundamentais numa dada área. Eles assumiram a função da mídia, não lutavam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema; lutavam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e orientação diferente da ação social tradicional, acreditavam que poderiam mudar a vida cotidiana quando se luta por mudanças mais gerais na sociedade (MELUCCI - 2001).

Essa análise, desenvolvida a partir da contribuição da obra de Melucci, em que a reflexão se deu em um contexto nacional, poderá ser pensada também em um contexto local, neste caso a região Noroeste de Minas, cujos movimentos sociais de luta pela terra que emergiram neste período, assumem caráter de denúncia no plano nacional, configurando-se como uma manifestação de desafio coletivo com objetivos comuns, e tornando-se

---

<sup>17</sup> São trabalhadores rurais que foram expulsos ou ameaçados de expulsão de suas terras para dar lugar à construção de grandes usinas hidrelétricas (GRZYBOWSKI - 1991).

<sup>18</sup> Esses trabalhadores lutavam contra as formas de exploração e os baixos salários

<sup>19</sup> são pequenos proprietários de terras que produziam diretamente para a indústria; lutavam por melhores preços para seus produtos agrícolas e por uma melhor política agrícola.

anunciadores dos graves problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores, decorrentes do processo de modernização da agricultura.

Foi nesse período de intensa mobilização sócio política, no contexto de abertura política, que emergiu, no noroeste de Minas, a atuação das entidades de mediação vinculadas à questão fundiária e a luta pela reforma agrária ganhou maior expressividade. NOVAES (1994) assinala que os mediadores são portadores de recursos humanos e materiais para os movimentos. Para essa autora, fazer mediação é traduzir e, ou introduzir falas, linguagem e palavras. Em todas as formas de mediação, os mediadores propõem ser “a ponte”, “estar entre”, “fazer meio de campo”. Já para MEDEIROS (1994), fazer mediação significa tirar os movimentos sociais e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionar a outras instâncias e grupos sociais.

O segmento progressista da Igreja Católica iniciou suas ações de mediação e de luta pela terra no noroeste mineiro ainda no final da década de 70 e, a partir da década de 80, passou a articular suas ações com a FETAEMG. Articulação esta que, para FERREIRA NETO (2002), influenciou na politização dos conflitos fundiários na região, culminando com a compreensão de que a reforma agrária, a partir da resistência de colonos e de parceiros e da ocupação de áreas improdutivas, seria a possibilidade de solução dos graves problemas econômicos e sociais apontados anteriormente. A atuação dos segmentos progressistas da Igreja Católica influenciou também o processo de criação de novos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região, os quais que vêm sendo considerados o principal instrumento de organização dos trabalhadores. Este autor, reportando-se a Castro, afirma que a existência de uma estrutura fundiária altamente concentrada e as atuações da igreja e do movimento sindical foram elementos decisivos para a construção de um ambiente politicamente fértil para a mobilização em torno da luta pela reforma agrária no noroeste mineiro.

A emergência, o envolvimento e a atuação desses mediadores no processo de organização dos trabalhadores rurais são melhor compreendidos à luz do conceito de oportunidades políticas de TARROW (1998 : 77), em que, os movimentos sociais são formados quando as pessoas comuns respondem às mudanças provocadas por oportunidades políticas. E isso se dá às vezes pela

influência exercida pelos líderes, também pelo apoio de outros aliados e também quando percebem a vulnerabilidade de seus oponentes.

A origem do processo de luta pela terra na região Noroeste pode ser entendida como um reflexo da crise do regime militar e da ascensão dos movimentos sociais no final da década de 70, contexto em que se destacou a participação dos referidos mediadores. Em meados da década de 80, um processo interativo que envolveu a Igreja Católica, e a rede de sindicatos contribuiu para a construção de uma identidade coletiva entre os trabalhadores rurais sem-terra do noroeste mineiro. O objetivo era conscientizar e organizar os trabalhadores rurais para reivindicar o direito a terra. Os trabalhadores rurais do noroeste mineiro, que passaram a reivindicar terras, eram antigos posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros e que devido ao processo de modernização da agricultura ficaram sem seu meio de produção, a terra. Apenas o fato de terem sido expulsos das terras não possibilitou a construção de uma identidade coletivas entre os trabalhadores rurais sem-terra. A identidade coletiva foi sendo construída a partir do momento que as instituições de mediação passaram organizar os trabalhadores rurais para as ocupações. Foi nos acampamentos, onde há uma maior interação entre os atores, que os trabalhadores rurais do noroeste mineiro intensificaram a solidariedade entre seus membros e aos poucos foram construindo sua identidade coletiva de sujeitos excluídos do campo.

De acordo com MELUCCI (2001), a construção da identidade coletiva ocorre através de um processo interativo e compartilhado, a cerca das orientações da ação e campo de oportunidades e de vínculos no qual ela se coloca. Para esse autor interativo e compartilhado significa construir e negociar através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores. Ele continua sua análise dizendo que o processo de construção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos: de um lado, a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro, a sua relação com o ambiente ( oportunidade/vínculos).

FERREIRA NETO (2002) destaca que a partir da segunda metade da década de 80, o agravamento das conseqüências da modernização da agricultura, o esgotamento da política de crédito subsidiado e a conjuntura

política de mobilização pela redemocratização do país possibilitaram um ambiente político favorável para a retomada dos debates sobre a reforma agrária, mantidos em estado latente desde o golpe militar.

Essa situação pode ser explicada a partir das análises de MELUCCI (1989 :59), quando este, se aproximando de algumas idéias de Tarrow, relata que muitos conflitos contemporâneos podem ser analisados a partir do funcionamento do sistema político, como expressão de categorias ou de grupos sociais excluídos que exigem acesso à representação, configurando-se uma demanda de inclusão em um sistema de benefícios e de regras do qual estão excluídos. Isto, de fato, ocorreu no noroeste mineiro, uma vez que os trabalhadores lutavam pelo reconhecimento do direito de se manterem na terra.

A região Noroeste de Minas, como em outras regiões do país, teve como primeiros protagonistas na luta pela desapropriação de terras os arrendatários, os parceiros, os meeiros e os posseiros que, num primeiro momento, resistiram à ameaça de expulsão. Num segundo momento que se estende até os dias atuais, surgiram outros atores sociais que passaram também a reivindicar terras, como os diaristas, que são aqueles que vivem no meio urbano, mas têm experiência no meio rural e se encontram em situação marginal devido à modernização da agricultura. Surgiram, assim, novos atores sociais que não lutavam apenas para se manter na terra, mas aspiravam ao direito de propriedade da terra para produzir e viver.

TORRES (2000), ao analisar o processo de mobilização dos trabalhadores rurais no noroeste de Minas Gerais, afirma que esta iniciou-se paralelamente nos municípios de Unaí, Bonfinópolis de Minas e João Pinheiro, sendo o marco de luta dos trabalhadores rurais pela desapropriação de latifúndios improdutivos na região. A mobilização dos trabalhadores rurais em torno da reforma agrária, nesse último município, se deu a partir da atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do pólo da FETAEMG, atuação que, segundo FERREIRA NETO (2002), possibilitou a construção da luta pela reforma agrária em um patamar que ultrapassava os limites convencionais das ações de resistência de posseiros, abrindo espaços para a organização de ocupações de áreas identificadas como improdutivas.

Em Unai, diferentemente de João Pinheiro, a luta foi de resistência dos moradores ameaçados de expulsão, tendo os mediadores desempenhado papel decisivo no fortalecimento da resistência dos antigos moradores da Fazenda Saco Grande. FERREIRA NETO (2002), analisando esse conflito, ressalta que a ameaça de expulsão dos trabalhadores rurais dessa Fazenda pode ser interpretada como uma contra-ofensiva dos proprietários ante a ampliação da organização dos trabalhadores e a possibilidade de implementação de um programa de reforma agrária como propunha o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, então em debate.

As lutas que se seguiram na região, na década de 80, no contexto de mudanças institucionais no Brasil, foram impulsionadas pelo anúncio do I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 30 de maio de 1985, no IV Congresso de Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, com conseqüente aumento na mobilização social em torno da questão da reforma agrária.

Devido à ascensão das novas categorias de movimentos sociais citadas anteriormente, a partir do final da década de 80, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, a Igreja Católica e segmentos da sociedade passaram a lutar por direitos que são negados à grande massa de excluídos do campo. Os sindicatos, a FETAEMG e a Igreja Católica intensificaram suas ações a fim de organizar os trabalhadores rurais no Noroeste de Minas, para melhorar as condições sociais, políticas e econômicas provocadas por uma estrutura fundiária altamente concentrada.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 1996, o índice de GINI, que mede o grau de concentração fundiária, era de 0,673 para a região Noroeste, o que caracteriza uma alta concentração fundiária. FERREIRA NETO (2002) enfatiza que esses dados, além de expressar um alto nível de concentração da terra, mostram também que o número de trabalhadores rurais que conseguem acesso à terra por outras formas que não a compra, como meeiros, arrendatários e posseiros, é também muito baixo, quando comparado com o número de proprietários formais. De acordo com o autor acima, essa situação representa maiores dificuldades para os trabalhadores garantirem a

sua reprodução social, uma vez que os modelos de produção minimizam tanto a absorção de mão-de-obra quanto o acesso à terra de trabalho.

É nessa conjuntura de maior efetividade na atuação das entidades de mediação no noroeste de Minas, que se iniciou, no final da década de 80, um longo processo de ocupações de fazendas improdutivas e também de resistência dos colonos agregados, ameaçados pelos grandes fazendeiros de expulsão de suas terras. De acordo com NASCIMENTO (2002), a reforma agrária passou a ser percebida como uma conquista resultante da pressão de trabalhadores rurais que iniciaram, então, as ocupações em áreas que se encontravam em processo de desapropriação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, aguardando sua viabilização e conclusão. O sindicalismo passou a considerar as ocupações como uma estratégia de luta mais forte, capaz de ter efeito mais eficaz do que as solicitações legais.

Exemplo disso foi a ocupação simultânea de duas fazendas, Saco do Rio Preto e Mamoneiras, no município de Bonfinópolis de Minas, no final dos anos 80. A experiência acima mencionada, ocorrida em 1989, deu-se a partir da pressão e mobilização desencadeada e conduzida pela FETAEMG, por sua rede de sindicatos, pela Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra -CPT e partidos políticos. Esse foi o primeiro acampamento com resistência na região Noroeste, sendo que já haviam ocorrido outras ocupações, mas os trabalhadores rurais foram desmobilizados.

NASCIMENTO (2002), reportando sobre essa experiência, afirma que essas fazendas foram incorporadas a um só processo e desapropriadas em maio de 1989. No entanto, os proprietários recorreram à justiça e conseguiram retardar a efetiva criação do projeto de assentamento, havendo revogação do decreto de desapropriação ainda no final do governo José Sarney (1990). O processo estendeu-se até o final do governo Fernando Collor (1992), embora as famílias continuassem acampadas na área, com grande mobilização e resistência, aguardando a decisão judicial. FERREIRA NETO (2002), refletindo sobre os impactos dessa experiência, enfatiza que esse processo serviu como elemento de projeção política para os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local que, em pouco tempo, passaram a ocupar posição

de destaque na estrutura do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estadual e na Central Única dos Trabalhadores – CUT/BH.

Durante o período do Governo José Sarney (1985-1990), as lutas dos trabalhadores rurais se intensificavam e ampliava-se pelo país a discussão em torno da reforma agrária, anunciada por esse governo no I PNRA. Segundo o depoimento do ex-diretor do pólo da FETAEMG de Paracatu, a criação do referido plano trouxe uma expectativa muito grande, por parte dos trabalhadores rurais de que a luta pela terra e pela reforma agrária iria deslanchar. Contudo, os resultados do I PNRA não foram satisfatórios, pois apenas 6,5% das famílias, correspondentes a 10,5% das metas previstas, foram atendidas. SILVA (1996), analisando essa questão, diz que houve uma maior porcentagem de famílias assentadas na região Norte, quando o objetivo inicial do programa era atingir as áreas improdutivas do Centro – Sul, já dotadas de infra-estrutura econômica para a produção agrícola. As metas não foram atingidas, sobretudo se analisar do ponto de vista dos interesses dos movimentos sociais rurais, pois os parlamentares representantes dos grandes proprietários de terra e empresários rurais no Congresso Nacional tornaram-se um sério entrave ao encaminhamento da proposta de reforma agrária do governo no congresso.

O processo de transição política, que envolveu a mudança do Governo do Presidente José Sarney para Fernando Collor, o fracasso de alternativas políticas para a realização da reforma agrária no país, expressas pelo fiasco do I PNRA e a vitória da União Democrática Ruralista – UDR, contrária à reforma agrária, na elaboração da constituição de 1988, fizeram com que os trabalhadores rurais, ao final da década de 80, começassem a mudar suas estratégias de luta pela terra. Tornou-se, portanto, uma luta mais agressiva de explicitação do conflito social. Momento em que começaram as ocupações de propriedades improdutivas e a tomada de órgãos públicos, uma estratégia que teve por intuito chamar a atenção do poder público e da sociedade para a questão. Já a estratégia adotada pelo governo foi a de atuar nas áreas de conflitos para reduzir as tensões sociais, pela promoção de políticas pontuais de assentamentos rurais realizados pelo INCRA.

Os resultados alcançados durante o governo Fernando Collor (1990-

1992) foram ainda mais tímidos em relação ao governo anterior, período em que a UDR, representante dos grandes proprietários de terra, praticamente assumiu o controle da reforma agrária no Brasil. ALBUQUERQUE *et. al.* (1997) ressaltam que o Presidente Fernando Collor prometeu, inicialmente, beneficiar 500 mil famílias, mas não especificava como e onde. Nesse período, somente 23 mil famílias receberam os títulos de propriedade de terra, proveniente do estoque deixado pelo governo precedente.

FERREIRA NETO (2002), analisando essa conjuntura sócio-política, ressalta que após o fracasso do I PNRA, durante o governo do Presidente Fernando Collor, quando a conjuntura nacional se tornou menos favorável à reforma agrária, a luta pela terra na região Noroeste passa por um refluxo, apesar de ainda existir um grande número de conflitos. Ele destaca ainda que, devido às dificuldades políticas no âmbito governamental, em termos legais e institucionais, a atuação do movimento sindical na região assume um caráter defensivo, passando a priorizar a preparação e a formação de novas lideranças enquanto aguardava uma conjuntura favorável ao encaminhamento das lutas.

GRZYBOWSKI (1994), se aproximando da corrente de pensamento que procurou situar os movimentos sociais nos processos políticos mais amplos, buscou explicar a crise dos movimentos sociais pela análise da situação sócio-política do final da década de 80. Esse autor afirma que a derrota das forças sociais na assembléia Constituinte de 1988 e, em particular, a instalação do Governo Fernando Collor provocou uma grave crise nos setores populares, uma vez que as “forças democráticas foram derrotadas nessa eleição”. Essa nova situação impôs a necessidade de reorganização dessas forças sociais, criando novos desafios aos movimentos. O autor assinala que o processo de organização se tornou mais difícil, com tensões, desencontros e desarticulação de vários movimentos, provocando o descenso de alguns.

Ao procurar identificar as possíveis causas dessa crise, esse mesmo autor enfatiza que o problema não residia nas forças sociais que impulsionavam os movimentos, porém, segundo ele, a crise estava em certas formas de movimentos, de certas mediações que não formaram novas lideranças e não fortaleceram a organização de base e dos projetos políticos. Prosseguindo, ele declara que, o que faltava aos movimentos sociais desse

período eram estratégias que unificassem as lutas para dar força aos movimentos sociais, uma vez que havia uma grande diversidade de projetos para os movimentos no quadro nacional. Outro fator que, segundo o mesmo autor, contribuiu para agravar essa crise foi a capacidade de ação política protecionista dos próprios interesses das forças tradicionais do mundo rural, momento de maior força da UDR.

Nesse sentido, verifica-se que a conjuntura sócio-política do período compreendido entre 1989 a 1993, foi totalmente desfavorável à organização dos trabalhadores rurais, uma vez que os mediadores considerados fortes aliados dos movimentos sociais, estavam enfraquecidos. Contudo, FERREIRA NETO (1999) assinala que foi na década de 90, a partir das mudanças na conjuntura política e da transferência do Pólo da FETAEMG, no ano de 1993, de João Pinheiro para Paracatu, que o movimento dos trabalhadores rurais voltou a se fortalecer e intensificaram-se as ocupações de áreas improdutivas nesta região. NASCIMENTO (2002), reconhecendo a validade dos argumentos apresentados por Ferreira Neto, acrescenta que o processo de educação sindical também desempenhou um importante papel para a retomada da ação do movimento sindical na luta pela reforma agrária, principalmente a partir de 1990, com a renovação de seu quadro social .

No ano de 1995, o movimento sindical já estava novamente fortalecido na região Noroeste de Minas e, em relação ao município de Paracatu, a ocupação da Fazenda Lagoa Rica, neste mesmo ano, representou um marco para que os trabalhadores rurais voltassem a se organizar no processo de luta pela terra.

Verificou-se nesse capítulo que as políticas adotadas pelo Estado trouxeram importantes mudanças nas condições de vida e nas relações de trabalho dos trabalhadores rurais do noroeste mineiro, levando-os a criar estratégias de luta pela conquista e permanência na terra.

#### 4– A LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE PARACATU - MG.

##### 3.1– A organização dos trabalhadores rurais e a primeira ocupação em Paracatu.

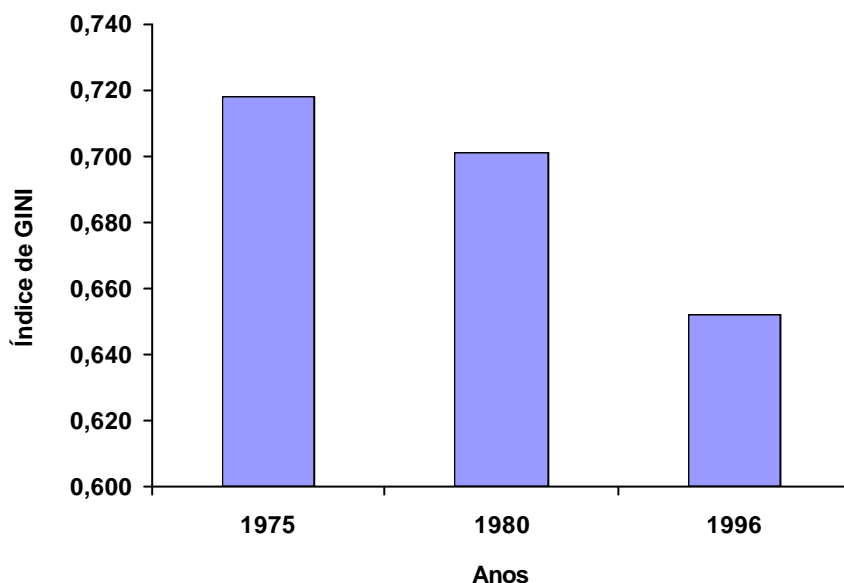
O município de Paracatu, até a década de 70, caracterizou-se por desenvolver a atividade tradicional de pecuária extensiva, com grandes extensões e concentração de terras. Isso pode ser observado pelo índice de GINI que, no ano de 1975, era de 0,718. Esse índice expressa o grau de concentração da propriedade fundiária e pode ser melhor visualizado na Tabela 1. É importante destacar que vem ocorrendo a diminuição da concentração da terra, o que pode ser verificado através da redução desse índice no ano de 1980, que era 0,701, e no ano de 1996, que foi de 0,652. Apesar disso, os dados referentes ao censo agropecuário de 1996 ainda indicam uma forte concentração fundiária, como pode ser explicitado no gráfico 1.

**Tabela 1** - Escala de concentração da propriedade fundiária.

<i>Índice de GINI</i>	<i>Classificação</i>
<b>Até 0,100</b>	Concentração Nula
<b>de 0,101 a 0,250</b>	Concentração Fraca
<b>de 0,251 a 0,500</b>	Concentração Média
<b>de 0,501 a 0,700</b>	Concentração Forte
<b>de 0,701 a 0,900</b>	Concentração Muito Forte
<b>Acima de 0,900</b>	Concentração Tendendo a Absoluta

Fonte: Hoffmann e Silva (2000) citado por FERREIRA NETO (2002)

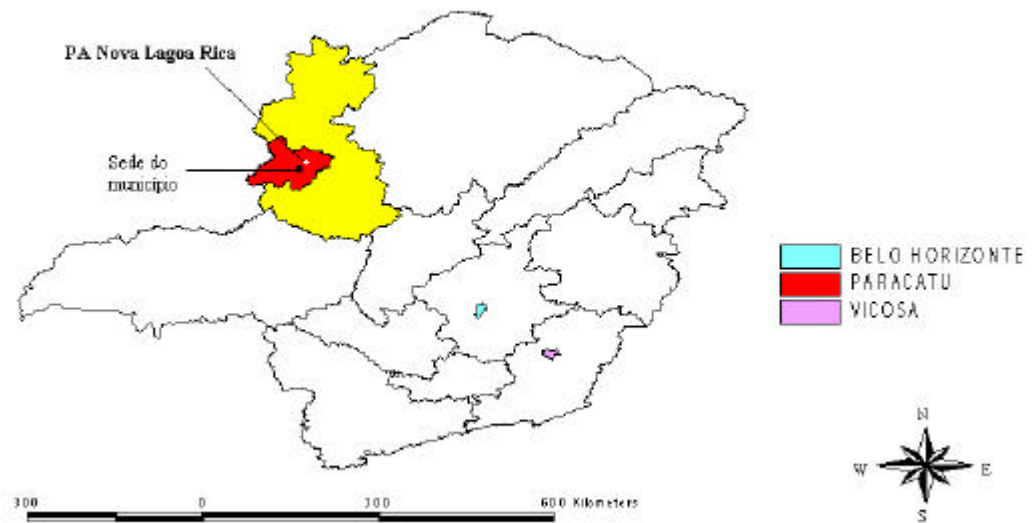
**Gráfico 1** – Variação do índice de GINI do município de Paracatu nos anos de 1970, 1980 e 1996



Fonte: IBGE – censo agropecuário, 1970, 1980 e 1996

FERREIRA NETO (2002) atribuiu essa diminuição relativa da concentração da terra ao desenvolvimento de grandes projetos privados de colonização no município, voltados para o desenvolvimento do perímetro irrigado. Como exemplo, esse autor cita o Projeto Novo Mundo, destinado à produção de grãos em propriedade de tamanho médio. Vale ressaltar que apesar da diminuição do índice de GINI e da mudança de patamar do número de propriedades, a grande propriedade ainda predomina no município de Paracatu e na região Noroeste. A figura 2 mostra o Estado de Minas Gerais, a localização da região Noroeste e do Assentamento Rural Nova Lagoa Rica.

**Figura 2** – Região Noroeste, cidade de Paracatu e o Assentamento Nova Lagoa



Rica

Fonte: pesquisa de campo

Foi a partir da década de 70, após a implementação dos planos de colonização, que algumas fazendas de criação de gado se transformaram em fazendas de produção agrícola de grande escala, implicando em mudança nas relações tradicionais de trabalho, e passando a predominar na região a mão-de-obra temporária. Diferentemente da relação tradicional de trabalho que envolvia proprietários e agregados nas fazendas de criação de gado, a empresa rural necessitava utilizar toda a extensão de terra para produção de grande escala, voltada para a exportação. Ela não necessitava unicamente da mão-de-obra permanente, muito pelo contrário, passou a predominar a mão-de-obra temporária condicionada às etapas de produção, comprometendo, portanto, a permanência dos trabalhadores agregados no interior das fazendas; fato este que contribuiu para o acirramento dos conflitos em torno da luta pela terra no município de Paracatu. Vale destacar que a pecuária ainda assume papel importante no município, uma vez que, a partir da década de 70, foi impulsionada pelas tecnologias de aprimoramento genético e pela formação de pastagens adaptadas às condições do cerrado.

O processo de modernização da agricultura e a valorização das terras provocaram um grande êxodo rural no município de Paracatu, a partir da década de 80. De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, em 1970 19.330 pessoas residiam em estabelecimentos rurais, em 1991 esse número caiu para 13.064, diminuindo ainda mais em 1996, para 11.408. Em consequência disso, formou-se uma grande massa de trabalhadores rurais desempregados na periferia da cidade. A precariedade do trabalho e as más condições de vida desses trabalhadores rurais resultaram na busca de organização política em torno da luta pela terra, no município de Paracatu. Cumpre destacar que no ano de 2000 a população rural do município aumentou para 12.202, esse aumento pode ser justificado em grande parte pela volta dos trabalhadores rurais para o meio rural através dos assentamentos implementados no município.

De acordo com depoimentos das lideranças do município, o movimento de luta pela terra iniciou-se no ano de 1985, por meio de um grupo de trabalhadores rurais, excluídos do processo de modernização. Segundo um dos entrevistados que participou do processo inicial de organização, os trabalhadores foram orientados pela FETAEMG de Belo Horizonte, a procurar a sua representação em João Pinheiro, para obter orientações e apoio para a constituição de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que era visto por eles como instrumento fundamental para viabilizar a organização dos trabalhadores rurais em torno da luta pela terra.

No entanto, o Sindicato só foi criado em 1988. A partir daí as lideranças dos trabalhadores rurais do município de Paracatu, baseadas nas propostas de ampliação da reforma agrária, iniciaram a discussão em torno dessa questão. De acordo com informações dos entrevistados, a diretoria do sindicato assumiu com o objetivo principal de lutar pela reforma agrária e junto com outras lideranças da região, iniciaram o processo de organização dos trabalhadores rurais. Segundo os entrevistados, nesse processo eles puderam contar com o apoio e a orientação de um dos diretores do Pólo Regional da FETAEMG em João Pinheiro, como relata uma das lideranças:

“Nisso, a gente começou a fazer reunião mensalmente com os trabalhadores, mas nós não entendíamos muito bem disso (reforma agrária). Mas teve uma pessoa

muito importante, da FETAEMG, ele vinha ajudar a gente na organização e ajudava também a gente entender um pouco disso. Na verdade a gente tinha até medo” (E. atual diretora do pólo regional da FETAEMG, Paracatu, 2002).

O ex-diretor do Pólo da FETAEMG e atual presidente da Associação Municipal dos Pequenos Produtores Rurais Familiares do Município de Paracatu – AMPAF, enfatizou em sua entrevista que no final de 1988, o movimento sindical no município, devido a um intenso processo de conscientização dos trabalhadores acerca de seus direitos, já se encontrava fortalecido. Entretanto, o conteúdo das entrevistas realizadas com os trabalhadores rurais não expressou tal conscientização, uma vez que para eles a reforma agrária era concebida como, tão somente, desapropriações de terras para criação de assentamentos rurais. Esta idéia simplista de reforma agrária se torna muito limitada quando se tem por referência conceitos como os de GRZYBOWSKI (1994); para ele reforma agrária deve ser um projeto de promoção de mudanças, tanto no campo, estrutura da posse e uso da terra, tecnologia adotada, produtos, formas de organização, como nas estruturas econômicas, políticas e culturais da sociedade como um todo, para permitir a sua integração como sujeitos, como cidadãos.

Isso reflete a incapacidade das lideranças de consolidar uma concepção de reforma agrária junto aos assentados. Tal situação, vai se refletir nas dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical como um todo em organizar os assentamentos tanto do ponto de vista político quanto produtivo. Isso mostra que organizar os trabalhadores para ocupar a terra simplesmente, ou receber um lote através da reforma agrária não terá viabilidade alguma se junto não forem conquistadas outras medidas que tragam desenvolvimento econômico, político, cultural e humano para o campo.

A partir de 1988 as lideranças sindicais passaram a identificar áreas improdutivas, visando a desapropriação e dentre outras, figurava a Fazenda Bom Jesus, localizada a 90 Km da cidade de Paracatu. Os entrevistados informaram que os trabalhadores rurais já tinham consciência de que o processo de desapropriação era muito difícil e demorado, por isso, neste mesmo ano, doze famílias se organizaram espontaneamente, a revelia do movimento sindical e ocuparam a Fazenda Bom Jesus, para pressionar o

INCRA a desapropriá-la; isso pôde ser evidenciado na fala de uma das integrantes do movimento sindical:

“Essa foi a primeira fazenda a ser ocupada, o pessoal foi sem saber se a fazenda era boa. O caminhão foi cheio, quebrou no caminho, passou pela polícia, mas ela não viu porque eles desviaram. Eles levaram dois dias para chegar na área. Ocuparam a área, entraram num buraco na beira do (rio)São Marcos, tanto que a polícia levou mais ou menos quatro dias para acharem eles dentro dessa propriedade. Eu, nessa época, era funcionária do sindicato. O presidente ficou com medo e se mandou, fiquei sozinha, a polícia me levou para a delegacia, fiquei lá e um membro do PT que foi lá e me tirou”. (E. atual diretora do Pólo da FETAEMG, Paracatu, 2002).

Depois de alguns dias de permanência na fazenda, foi expedido pela justiça um mandado de despejo e os trabalhadores foram obrigados a desocupá-la. Segundo a atual Diretora do Pólo da FETAEMG de Paracatu, essa ocupação não foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, eles tiveram apoio da FETAEMG de Belo Horizonte e do Polo Regional de João Pinheiro apenas no processo de negociação. Após tomar conhecimento do fato, os representantes dessas instituições foram ao acampamento da Fazenda Bom Jesus para orientar os trabalhadores a desocuparem a área, por entender ser esta a melhor estratégia para evitar um confronto com a polícia.

No entanto, os trabalhadores rurais resistiram à desocupação e só saíram da área quando o comando da Polícia Militar de Patos de Minas enviou um grupo de policiais para fazer cumprir a execução da ordem judicial. Diante da resistência dos trabalhadores em desocupar a fazenda, os policiais promoveram a desocupação. De acordo com depoimento das lideranças nesse período, o movimento sindical não participava efetivamente do processo de ocupação, a própria FETAEMG não assumia a mediação das ocupações e a orientação que os trabalhadores rurais recebiam da entidade era de que os dirigentes do sindicato não poderiam aparecer nesses momentos.

Este fato contribuiu para o fracasso da ocupação e pode ser explicado sob a perspectiva de MELUCCI (2001 : 99), quando ele declara que, devido a sua natureza fragmentada, os movimentos sociais não vivem sem as formas de representação política. Os canais de representação e a presença de atores institucionais em grau de traduzir em políticas os impulsos conflituais

garantem que essas últimas não se dispersem. A eficácia política dos movimentos depende da abertura, da receptividade e da eficiência das formas de representação. Nesse sentido, os trabalhadores rurais somente poderão obter sucesso em suas ações coletivas se estiverem organizados e esse papel de organização cabe a uma instituição que se proponha orientar e dirigir, sabendo claramente para onde ir e fazer acontecer os objetivos traçados.

O caso em questão se insere nessa linha de reflexão, uma vez que, não havendo a presença dos mediadores no planejamento das ações, essas foram comprometidas, culminando na desmobilização dos trabalhadores rurais no município de Paracatu. Vale ressaltar que tal desmobilização, deveu-se não apenas à falta de representatividade, mas também em face da conjuntura política do Governo Collor, que naquele período se mostrava desfavorável a organização e atuação dos movimentos sociais.

De acordo com FERREIRA NETO (2002), nesse contexto o sindicalismo rural assumiu atitude defensiva e priorizou a formação de novas lideranças enquanto aguardava a melhora na conjuntura política. O sindicalismo rural somente voltou a fortalecer-se em 1993, quando ocorreu a transferência do Pólo da FETAEMG de João Pinheiro para Paracatu.

A partir da década de 90, o Pólo da Federação dos Trabalhadores Rurais de João Pinheiro voltou suas ações para a reorganização do Sindicato da cidade de Paracatu, que se encontrava desarticulado desde a ocupação frustrada da Fazenda Bom Jesus. Segundo um ex-diretor do pólo, decidiu-se montar uma junta governativa, no entanto, não foi possível concretizar tal ação, pois haviam apenas oito sócios atuantes e com esse número não foi possível reorganizá-lo.

Em 1991 houve outra tentativa de reativar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, realizada também pelo pólo da FETAEMG da cidade de João Pinheiro. Esta tentativa se deu num contexto em que havia um grande número de trabalhadores rurais no município de Paracatu, sendo que boa parte dos mesmos residia em condições precárias na periferia da cidade e, segundo eles, a única solução para que pudessem ter melhor qualidade de vida seria através da reforma agrária. Nesse período a diretoria do sindicato, eleita em 1988 encontrava-se totalmente desarticulada. Situação que levou as lideranças do

referido município, com o apoio do pólo regional, a montar uma chapa e realizar novas eleições.

Uma nova eleição foi realizada em 1992, para renovar o quadro de dirigentes e dar espaço para as lideranças que se encontravam ativamente ligadas à luta pela terra. Prova disso é que o presidente e o vice eleitos eram lideranças que se destacaram no processo de ocupação da Fazenda Bom Jesus, descrito anteriormente. Já a diretora de reforma agrária eleita aderiu ao movimento um ano depois dessa ocupação. Apesar disso, de acordo com depoimentos de algumas lideranças, a referida diretora desempenhou papel importante na retomada da luta pela terra no município, assumindo a sua função e tendo como principal objetivo organizar os trabalhadores rurais para as ocupações.

Segundo a atual Diretora do Pólo da FETAEMG de Paracatu, a diretoria do sindicato local eleita em 1992, passou a enfrentar o descrédito dos trabalhadores rurais, uma vez que, devido à fraca atuação da gestão anterior, os trabalhadores se encontravam insatisfeitos, pois contribuíam com as mensalidades e não obtiam em troca nenhum apoio concreto em suas ações de luta pela terra. Este fato associado ao medo da repressão policial e da perseguição dos fazendeiros inibiam a participação dos trabalhadores rurais nas reuniões realizadas pelas lideranças. Segundo a referida diretora, no início do processo de organização, as reuniões eram realizadas nos bairros da periferia da cidade, mais especificamente, nas casas das lideranças. Inicialmente, para garantir o sigilo de suas ações, reuniam-se em um reduzido número de pessoas, evitando, assim, que a polícia os descobrisse, que as lideranças fossem perseguidas e que os planos fossem desarticulados.

A transferência do Pólo da FETAEMG, no ano de 1993, da cidade de João Pinheiro para a cidade de Paracatu, pode ser considerado como um dos fatores decisivos para que os trabalhadores rurais voltassem a se organizar nesse município. Em 1992, os sindicatos da região Noroeste de Minas Gerais já haviam se reunido na cidade de João Pinheiro, para discutir a referida transferência. De acordo com o ex-diretor do pólo da FETAEMG, existia um certo consenso entre a direção dos sindicatos de que Paracatu constituía o centro de referência dessa região, isto porque era a maior cidade e

expressava grande importância em termos econômicos e políticos. Além disso, já existiam vários sindicatos de outras categorias fortemente organizados, tais como: os Sindicatos ligados à Indústria Extrativa Mineral, o Sindicato dos Professores, dos rodoviários e dos bancários. Havia também nessa cidade, uma rádio de grande alcance que cobria toda a região Noroeste de Minas Gerais.

Dessa forma, as lideranças sindicais decidiram que o pólo seria transferido para a cidade de Paracatu. De acordo com o ex-diretor do Pólo da FETAEMG, esta foi uma estratégia adotada para estimular a organização dos trabalhadores rurais e fazer alianças com os movimentos sociais da cidade, visando fortalecer o movimento de luta pela terra na região. A transferência do pólo ocorreu em agosto de 1993 e segundo o mesmo diretor, essa decisão foi tomada em razão dos fatores acima mencionados e também pelo fato de a cidade de Paracatu possuir um elevado potencial para a organização em torno da luta pela terra, que se expressava pela existência de um grande contingente populacional que havia sido expulso do campo e vivia na periferia da cidade, Este foi um dos fatores preponderantes que despertou o interesse das lideranças em investir no processo de organização dos trabalhadores rurais nesse município.

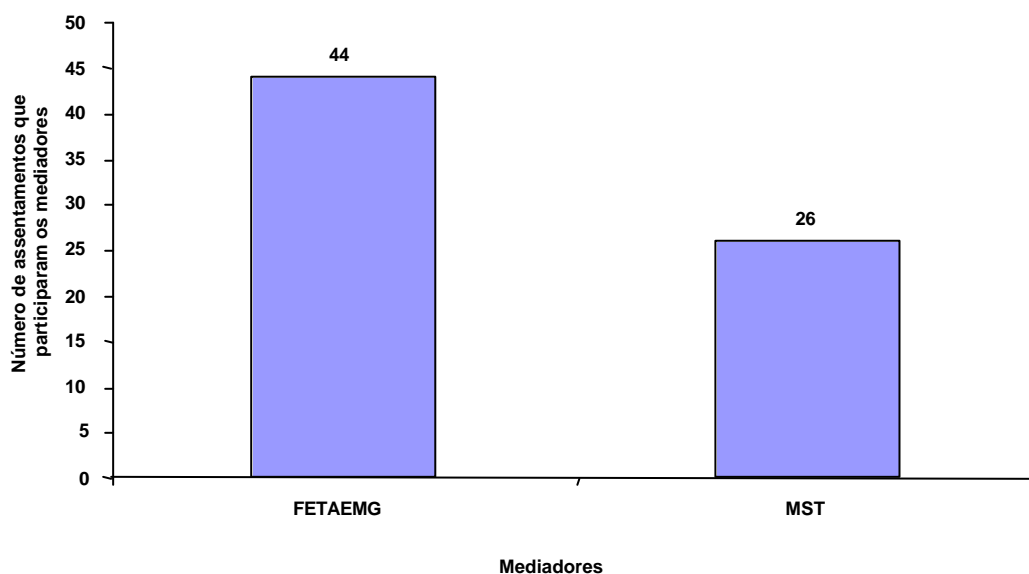
Os depoimentos dos entrevistados revelaram que, após a transferência do Pólo, a FETAEMG e o sindicato local, juntamente com as lideranças do município, iniciaram um trabalho de conscientização, realizando reuniões nos bairros da periferia da cidade para discutir a reforma agrária e cadastrar os trabalhadores rurais sem-terra. Concomitantemente a esse processo de organização, o movimento sindical voltou a realizar o levantamento das áreas improdutivas existentes no município, para que fossem encaminhadas ao INCRA para vistoria.

Vale ressaltar que, de acordo com FERREIRA NETO (1999), no ano de 1993 houve modificações na estrutura organizacional da FETAEMG. Foram criadas coordenadorias temáticas e regionais que visavam a propiciar descentralização no formato da direção e a departamentalização das bandeiras de luta. Segundo esse autor, foi criada também a diretoria de política de reforma agrária, com o objetivo de garantir o espaço institucional para as

ações relativas à luta pela terra. Essas medidas influenciaram a intensificação do processo de ocupação de terras, principalmente no noroeste mineiro, ampliando o número de assentamentos rurais, consolidando o sindicalismo e passando a FETAEMG a ser o principal ator no processo de organização dos trabalhadores rurais.

NASCIMENTO (2002), analisando esse contexto, assinala que ocorreu a emergência de novas lideranças no Noroeste de Minas no processo de luta pela terra, levando ao reconhecimento de sua importância na conquista de um conjunto de assentamentos na região. A autora destaca também uma significativa mudança nas relações internas de poder na estrutura organizacional da FETAEMG. Postos, que até então eram ocupados pelos pequenos produtores, passaram a ser ocupados por trabalhadores sem-terra, com isso abriu-se espaço para discussões mais amplas em torno da luta pela terra e pela reforma agrária e a federação passou a assumir posição de destaque em relação ao número de assentamentos constituídos na região, como é mostrado no gráfico a seguir:

**Gráfico 2** – Participação dos mediadores no processo de implementação dos assentamentos rurais no Noroeste de Minas, no período de 1985 a 2001.



Fonte: INCRA – ITER – MG/2002

Pode-se observar no Gráfico 1 que a FETAEMG liderou a mediação no

noroeste mineiro entre 1985 e 2001, participando do processo de implementação de 44 assentamentos. O MST ficou, com a mediação de 26 assentamentos. Apesar do expressivo número de assentamentos implementados pelo MST no noroeste mineiro, sua participação deu-se em apenas três municípios: Buritis, Formoso e Arinos. Vale ressaltar que apesar de o MST ter iniciado suas ações no noroeste mineiro na década de 80 a FETAEMG foi pioneira no processo de organização dos trabalhadores e de implementação de assentamentos rurais nessa região.

As entrevistas com lideranças sindicais do município de Paracatu, evidenciaram que, no ano de 1993, a luta pela terra na região Noroeste já havia tomado um impulso muito grande. As lideranças sindicais, juntamente com os trabalhadores rurais, participaram de várias manifestações, dentre as quais, se destaca a organização de uma caravana com destino a Belo Horizonte, reunindo cerca de 500 trabalhadores rurais do Estado de Minas Gerais, com a intenção de ocupar a sede do INCRA naquela cidade. O objetivo dessa caravana era reivindicar a substituição do superintendente do INCRA, pleito este que foi atendido, pois o presidente da República, Itamar Franco, substituiu o então superintendente, que segundo as lideranças, não tinha compromisso com a reforma agrária, por uma pessoa, comprometida com a luta pela terra, conforme relata um dos assentados:

“O noroeste tinha um peso muito grande politicamente junto à FETAEMG. Nós conseguimos tirar e colocar um superintendente. Ele era uma pessoa que ajudou demais, ele facilitou muito as coisas, lutou muito com a gente na época, não só em Paracatu, mas em Minas toda, até a gente sente a necessidade de ter um superintendente do INCRA igual a ele; fácil de lidar, fácil de negociar, fácil de trabalhar e que tinha mesmo vontade de ajudar os trabalhadores”(D., atual diretor de reforma agrária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Paracatu, 2002 ).

Segundo informações dos entrevistados à pesquisadora, em razão do *impeachment* do Presidente Fernando Collor, da substituição do superintendente do INCRA de Minas Gerais, da transferência do Pólo da FETAEMG para Paracatu, aliados às conseqüências da modernização da agricultura, a reforma agrária passou a ser discutida com mais intensidade entre os trabalhadores rurais do município. E a partir de 1994, conflitos

envolvendo trabalhadores rurais sem-terra (meeiros, parceiros, arrendatários e trabalhadores temporários) e os proprietários de grandes fazendas se intensificaram.

Um estudo mais prospectivo em relação aos movimentos sociais exige que se faça uma análise do contexto sócio político nacional para que se possa melhor identificar os elementos que influenciaram na organização dos trabalhadores rurais do município de Paracatu. Ainda que o ano de 1994 tenha sido marcado pela eleição presidencial, a questão da reforma agrária não foi suficientemente explicitada nos programas e planos de governos dos candidatos à presidência da República. Embora o programa do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, contemplasse um plano de reforma agrária, não se discutiu claramente a questão dos recursos necessários para a concretização do mesmo.

Segundo CARVALHO FILHO (1997), o programa do candidato eleito, Fernando Henrique Cardoso, reconhecia a necessidade de profundas mudanças no campo e admitia que a reforma agrária seria a solução para os problemas da segurança alimentar, para o fortalecimento da agricultura familiar e para a resolução dos violentos conflitos no campo. De acordo com esse autor, o programa desse governo previa assentar 280 mil famílias até o final do mandato: seriam assentadas 40 mil famílias no primeiro ano; 60 mil no segundo ano; 80 mil no terceiro ano e 100 mil no quarto ano. No entanto, o programa não especificava as fontes de recursos necessários para a concretização de tais metas.

No início do mandato do então presidente, os movimentos sociais rurais foram praticamente ignorados pelo poder público federal e a tensão social no campo se intensificou. As ocupações de terras improdutivas se multiplicaram no país e o campo virou palco de violentos confrontos entre trabalhadores rurais e grandes proprietários de terra. Exemplo disso foi o massacre de trabalhadores rurais em Corumbiara (RO), em agosto de 1995.

Os anos 90 foram marcados por muita violência no campo. Centenas de pessoas foram mortas em conflitos pela posse da terra. Em abril de 1996, aconteceu o segundo grande massacre de trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás, no Sul do Pará. Foram mortos 19 trabalhadores rurais sem-terra,

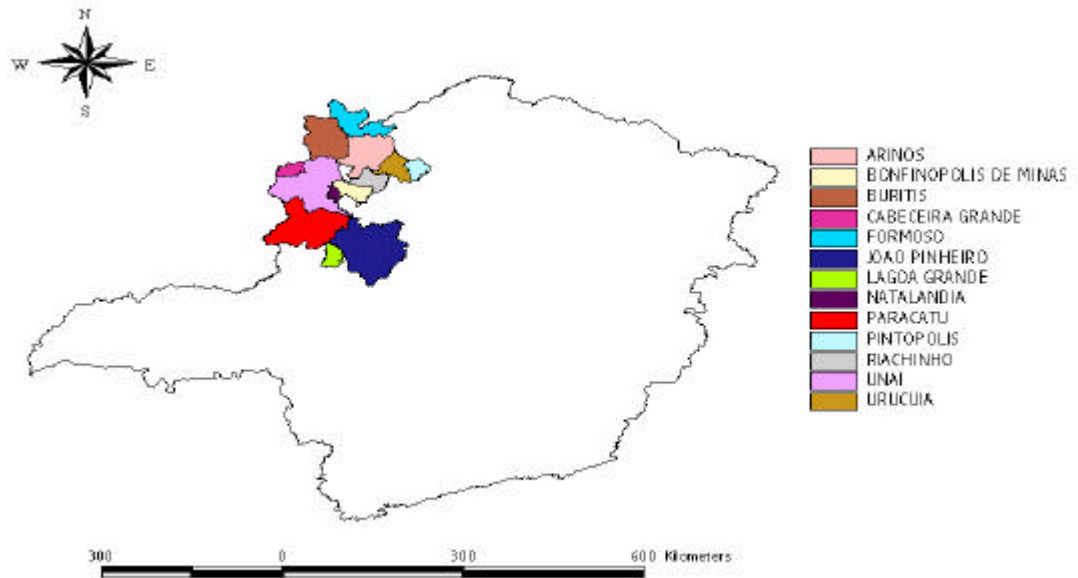
fato que ganhou manchetes e foi amplamente divulgado nos meios de comunicação de todo o mundo. Frente a esses acontecimentos, os movimentos sociais ganharam espaço na mídia, que desempenhou um papel de extrema importância, ao mostrar à sociedade os problemas relacionados à questão fundiária no Brasil, e contribuindo, assim, para um maior esclarecimento e mudanças na opinião pública. Frente as constantes mudanças no ambiente sócio-político se torna de extrema importância para os movimentos sociais estarem atualizados e acompanhar a história, é fundamental perceber que ao mesmo tempo que algumas portas se fecham novas portas são abertas levando os atores sociais a ocuparem novos espaços no cenário sócio-político. É dessa forma que os movimentos sociais percebem as oportunidades e limites impostos pelo ambiente sócio-político.

Pode-se perceber que na década de 90, os movimentos sociais rurais tiveram mais espaço para participarem do cenário político brasileiro. Neste contexto de estabilidade política e institucionalização dos movimentos sociais, estes escolhem estrategicamente táticas institucionais, muitas reivindicações passaram a ser feitas em mesas de negociações, ou não-institucionais, ocupações de terras e órgãos públicos, manifestações e marchas a Brasília (GOHN -1997 ). As lutas deixam de ser localizadas e passam a adquirir caráter nacional.

Foi nesse contexto de mudanças na conjuntura sócio-política da década de 90 que os movimentos sociais do noroeste de Minas intensificaram suas ações e iniciaram um longo processo de ocupação de fazendas improdutivas na região. A partir de 1995 foram feitas várias ocupações em cidades da região, tais como: Lagoa Grande, João Pinheiro, Arinos e Paracatu. A figura 2 mostra os municípios da região Noroeste onde foram implementados os assentamentos rurais.

**Figura 3** – Cidades da região Noroeste onde se concentram os assentamentos rurais.

Fonte: pesquisa de campo



Em Paracatu, a primeira experiência de ocupação, após a reorganização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ocorreu em setembro de 1995 quando o sindicato, e a FETAEMG, organizaram a ocupação da Fazenda Lagoa Rica, localizada a cerca de vinte quilômetros da cidade. Destaca-se o fato de que a área foi identificada pelos próprios trabalhadores rurais, que informaram às referidas entidades que a mesma era improdutivo. Este aspecto, associado ao fato de a fazenda possuir uma boa infra-estrutura para a implantação do assentamento, foi fator decisivos para que ela fosse priorizada para ocupação.

Neste capítulo discutiu-se a trajetória dos movimentos sociais no noroeste de Minas Gerais. Ficou evidenciado que os movimentos emergiram no final da década de 70 em decorrência: do processo de modernização da agricultura, promovido pelas políticas dos governos militares, que levou a expulsão dos trabalhadores rurais do campo; da redemocratização do país e da emergência de novos atores sociais na luta pela terra, momento este em que se observa uma estrutura de oportunidade política favorável ao desenvolvimento de novas idéias e emergência de movimentos sociais. Na

década de 80, os movimentos foram impulsionados pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária, destacando-se que, durante o governo Collor, verificou-se uma desmobilização dos movimentos sociais. A luta pela terra fortaleceu-se e intensificou-se durante o processo que culminou com o *impeachment* do Presidente Fernando Collor em 1992, contribuindo para emergência de mobilizações mais agressivas, em um contexto de mudanças na conjuntura política. Paralelamente a esse processo, no âmbito local, pôde-se verificar que após a transferência do Pólo da FETAEMG de João Pinheiro para Paracatu, houve um fortalecimento das entidades de mediação, FETAEMG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fato este que possibilitou a intensificação de suas ações. É neste contexto que o Assentamento Rural Nova Lagoa Rica, objeto desse estudo, foi constituído.

## **5– A LUTA PELA FAZENDA NOVA LAGOA RICA**

### **5.1 – A fazenda: terra produtiva e fazenda improdutiva.**

Dentre os vários fatores que influenciaram a decisão dos trabalhadores rurais em ocupar a Fazenda Lagoa Rica, pode-se destacar,: o trabalho de discussão e conscientização acerca da reforma agrária, realizado pelo sindicato local e pelo Pólo da FETAEMG junto aos trabalhadores rurais do município, e o fato de estarem acontecendo ocupações de fazendas em outros municípios da região Noroeste de Minas. Exemplo disso é que em Unaí, cidade próxima a Paracatu, o processo de organização havia se consolidado e já existiam vários assentamentos constituídos. Esses fatores encorajaram os trabalhadores rurais do município de Paracatu a realizar a ocupação da referida fazenda. Isto pode ser evidenciado na fala de uma das entrevistadas:

“Eu procurava ficar informada, eu procurava o diretor da FETAEMG e todos do sindicato e ficava sabendo que estava acontecendo reforma agrária na região noroeste, mas em Paracatu a reforma agrária era bicho de sete cabeças por que todo mundo tinha medo de falar em reforma agrária. Então eu pensei: se em outras cidade acontece reforma agrária, aqui também pode acontecer” (A. Assentada do Nova Lagoa Rica, Paracatu, 2002).

Foi com esse pensamento que no dia 3 de setembro de 1995, a Fazenda Lagoa Rica foi ocupada por cerca de 37 famílias. Esta fazenda está localizada no município de Paracatu, na região Noroeste de Minas Gerais. Ela

ocupa uma área de 5.209,96 hectares, próxima à rodovia MG 118, que liga a cidade de Paracatu à cidade de Unaí.

A propriedade pertencia a um empresário paulista que não residia no local e raramente a visitava. No período da ocupação, residiam na fazenda o administrador e mais cinco agregados; as terras não eram utilizadas para a produção agrícola; a atividade desenvolvida era apenas uma pequena criação de gado, o que permite inferir que a terra estava sendo subutilizada e não estava exercendo sua função social. Segundo alguns dos entrevistados, o projeto inicial idealizado pelo dono da fazenda era de construir uma comunidade espírita naquelas terras, a qual daria o nome de Jesualda. Mas, por motivos desconhecidos, o projeto não foi executado e a fazenda se tornou improdutivo. Uma das lideranças enfatizou, em sua entrevista, que no momento da ocupação, os trabalhadores rurais ainda encontraram vestígios desse projeto, pois havia construções em estado de abandono.

A Fazenda Lagoa Rica faz divisa com o Rio São Pedro e as terras têm, em toda a sua extensão, uma topografia semi-plana. Os trabalhadores rurais a escolheram para desapropriação, por ser improdutivo, estar localizada próxima a cidade, possuir água em abundância, solo fértil e grande extensão territorial. A figura 4 mostra uma das Lagoas do Assentamento Nova Lagoa Rica.

**Figura 4** – Vista panorâmica de uma das lagoas do Assentamento Nova Lagoa Rica.



Por causa desses atributos, essas terras despertaram os interesses dos trabalhadores, pois, eram vistas por eles como ideais para viabilizar o seus interesses em constituir um assentamento bem sucedido. E, a partir da ocupação, aquela área improdutiva ganharia novo destino. Seria, por um lado, palco de resistência da luta pela terra e, por outro, local de trabalho e produção dos trabalhadores rurais.

Quanto ao perfil das famílias que participaram desse processo de ocupação, o ex-diretor do Pólo Regional da FETAEMG afirmou que eram pessoas do município de Paracatu de origem rural, que no passado haviam sido agregados, meeiros, parceiros, arrendatários e um número muito reduzido de trabalhadores eram ex-pequenos proprietários de terra, Todas residiam na periferia da cidade de Paracatu. Esses trabalhadores viviam em condições muito precárias, muitos deles vieram para a cidade por falta de oportunidade para permanecer no campo.

Essa situação decorreu, dentre outras razões, do fato de que a partir do momento em que as fazendas começaram a responder aos primeiros impulsos do mercado e a terra passou a ser valorizada, cessaram também as concessões de direitos e favores aos agregados, meeiros, arrendatários e parceiros, levando os grandes fazendeiros a expulsar esses trabalhadores rurais de suas terra.

No processo de ocupação da Fazenda Lagoa Rica, o Sindicato dos

Trabalhadores Rurais e o pólo regional da FETAEMG tiveram atuação marcante. Além desses mediadores, a Igreja Católica do município de Paracatu, representada por uma Organização Não-Governamental, Cáritas de Diocesana, também apresentou um papel de destaque, não na organização efetiva dos trabalhadores rurais, mas dando assistência ao acampamento, principalmente fornecendo alimentos e agasalhos. Essa questão pode ser ilustrada pelo relato de uma das assentadas:

“A Cáritas foi muito importante. Os trabalhadores tinha dia que amanheciam sem ter nada pra comer e a polícia fez barreira aqui na fazenda pra não deixar ninguém do sindicato passar. Nós procuramos a Cáritas, o diretor da Cáritas, eles liberou o carro da Cáritas, porque o carro do sindicato se a polícia vê eles prendia. Encheu o carro de alimento e levava para o acampamento pra nós. Então a Cáritas foi a peça que garantiu que nós conseguisse esse assentamento”( A. assentada do Nova Lagoa Rica, Paracatu, 2002).

Conforme depoimentos das lideranças dos trabalhadores rurais no município, também houve cooperação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Extrativa Mineral do município de Paracatu, contribuindo para a efetividade das ações deste no período do acampamento da Fazenda Lagoa Rica. Essa contribuição foi também no sentido de fornecer alimentos para os trabalhadores acampados.

## **5.2– A ocupação**

O processo de organização e articulação envolvendo os trabalhadores rurais, o Sindicato e o Pólo Regional da FETAEMG, com objetivo de ocupar a Fazenda Lagoa Rica, já vinha ocorrendo há algum tempo. De acordo com depoimentos de alguns entrevistados, eles esperavam apenas um momento mais propício para concretizar tal ação, isto porque os mesmos eram permanentemente vigiados pela polícia. O dia 3 de setembro de 1995 foi a data em que concretizaram a ocupação. Segundo o relato da ex-diretora de reforma agrária do sindicato, foi contratado um ônibus para levá-los até o local da ocupação, como relata uma das lideranças:

“Nós tivemos que vir muito tarde da noite, para que ninguém descobrisse que a gente estava vindo. Nós marcou um ponto bem no final do bairro da cidade, na casa de uma pessoa interessada em ocupar a fazenda...Eu consegui um ônibus, enganei o motorista do ônibus, por que se eu falasse o que era, ele não trazia. Eu disse: - ‘olha nós pegamos uma empreitada de bóia fria, para arranca de feijão perto da Nova Lagoa Rica, tem que passar a Fazenda, tem que ir hoje a noite por que de madrugada os trabalhadores tem que começar a arrancar o feijão’. Se ele descobrisse o que nós ia fazer era perigoso, ele poderia deixar nós no meio do caminho, por que o povo tinha muito medo de ser perseguido. Quando nós estava quase chegando no acampamento dentro do mato, no matagal mesmo por que tinha que ser bem escondido, pra dar um prazo pra gente organizar o acampamento. Quando estava aproximando eu falei com o motorista: moço sabe o que acaba de acontecer em Paracatu, acaba de acontecer o começo de uma reforma agrária. Ele queria largar nós ali naquele lugar sem acabar de chegar, ai nós falamos: Você vai acabar de chegar - fiquei juntinho com ele - vai acabar de chegar e vai colocar o povo onde eu falar que vai ficar. Esse homem virou um trimurão no volante e se mandou, ficou escondido uns três dias com medo de alguém descobrir ele” (A. ex-diretora de reforma agrária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Paracatu, 2002).

Esse relato sobre a trajetória do processo de ocupação demonstra que, mesmo em situações que lhes são adversas, os participantes dos movimentos sociais podem adotar estratégias, para viabilizar uma ação. Essa ação pode ser analisada à luz do conceito de ação coletiva de MELUCCI (2001 : 46). Isto é a “ação coletiva de um movimento é o resultado de objetivos, recursos e limites que são orientados para uma finalidade que se constrói por meio de relações sociais no interior de um campo de oportunidades e de vínculos. Os atores constroem suas ações através de investimentos organizados: são definidos, em termos de conhecimento, o campo das possibilidades e dos limites que percebem, ativando as suas relações para dar sentido ao seu agir comum e aos objetivos que perseguem”. Essa ação se organizaria em torno de três eixos: fins, meios e ambiente, sendo construída a partir dos recursos disponíveis para os atores, dentro das possibilidades e limites oferecidos por um certo ambiente.

A situação acima relatada poderá ser interpretada à luz da referida conceituação, pois, diante de um ambiente considerado desfavorável para o planejamento e execução da ocupação, os trabalhadores conseguiram articular estratégias que possibilitaram o sucesso da ação. Os objetivos da ação coletiva dos trabalhadores rurais eram, em primeira instância a ocupação da Fazenda Lagoa Rica e, no âmbito mais geral, iniciar o processo de reforma agrária no

município. Os recursos disponíveis eram o grupo de pessoas interessadas e motivadas e o suporte dos mediadores, sindicato e FETAEMG, altamente articulados no processo de organização; por outro lado, os limites impostos eram a falta de popularidade do movimento de luta pela terra no município e a constante repressão policial. Nesse contexto os trabalhadores foram orientados para a “finalidade da ação coletiva, que foi sendo construída através das relações sociais, levando-se em conta as oportunidades e limites”.

Nos primeiros dias de acampamento, os policiais montaram barreiras na entrada da fazenda. Assim, sua presença inibia as ações dos acampados, impedindo as atividades cotidianas das quais dependia a sobrevivência das famílias, e também impedia o contato dos mediadores com os acampados. A intenção dos policiais era intimidar e cortar a comunicação entre os trabalhadores rurais e o sindicato, para desarticular o movimento.

De acordo com o depoimento da ex-presidente do sindicato e atual diretora da FETAEMG, apesar da vigilância constante dos policiais, os representantes sindicais conseguiram furar a barreira e entrar em contato com os trabalhadores rurais acampados. Para tanto, contaram com a ajuda do Presidente do Sindicato da Indústria Extrativa Mineral do município de Paracatu, que tinha um boa relação com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A referida diretora relata o episódio:

“Então em dois dias a polícia descobriu que tinha ocupação na Nova Lagoa Rica. A primeira pessoa que eles pegaram e levaram para a delegacia foi eu, pra explicar. Eu fui e expliquei que não tinha nada a ver . Depois disso o comandante ficava na minha porta, dormia viatura na minha porta, na porta da diretora de reforma agrária. Até que agente procurou o Presidente do Sindicato dos Extrativos, ele é que foi levando a gente numa saveiro, tinha uma capotinha a gente foi deitada atrás na capotinha pra gente conseguir, porque a polícia estava dentro da Nova Lagoa Rica montando barreira lá dentro, então nós passamos escondidas dentro dessa saveiro pra chegar na área” (E. Diretora do pólo regional da FETAEMG, Paracatu, 2002).

A visita das lideranças do sindicato ao acampamento tinha por objetivo tranquilizar os trabalhadores e informá-los das ações que seriam tomadas a partir daquele momento. Porém, as negociações se arrastaram e cinco dias após a ocupação foi expedido o mandado de reintegração de posse. Os trabalhadores rurais, orientados pelo pólo da FETAEMG, desocuparam a

fazenda e foram acampar à beira da Rodovia MG -118, que passava ao lado da entrada principal da Fazenda Lagoa Rica.

### **5.3– O despejo**

As famílias permaneceram cinco dias acampadas na Fazenda Lagoa Rica. O sonho parecia estar próximo, mas os trabalhadores rurais ainda tinham um longo caminho pela frente para que a luta fosse vitoriosa. Uma das lideranças informou que, após o mandado de despejo, o INCRA comunicou aos trabalhadores rurais que, sem a desocupação da área, seria impossível proceder à desapropriação. Seguindo essa orientação, no dia 08 de setembro de 1995 os trabalhadores rurais desocuparam a fazenda sem confronto e procuraram permanecer o mais próximo possível.

Nesse novo acampamento, os trabalhadores rurais ficaram quatro meses. Esse lugar ficou vivo na memória das famílias acampadas. Foram construídos os barracos de lona, onde os trabalhadores se abrigavam. Além de simples aglomerados de excluídos da terra, o acampamento era o local de organização e resistência da luta pela terra. TURATTI (2001) ressalta que é no acampamento que um novo processo de construção de sociabilidade se inicia, é o momento chave da passagem da condição de ser sem-terra para um estilo de vida coletivo que engendra solidariedade e conflito ao mesmo tempo.

É nesse ambiente que os trabalhadores dão continuidade ao processo de construção de sua identidade coletiva, enquanto sujeitos da exclusão social. Segundo GRYBOWSKI (1991), os movimentos sociais no campo se desenvolvem buscando seus direitos previstos na lei instituída, contra o que se verifica na prática e nas relações cotidianas. É através da busca desses direitos que eles constroem uma identidade coletiva, lutam por interesses comuns, o mesmo saber coletivo. A consciência da comum situação de carência e exclusão social, decorrente da falta dos meios de produção, leva o grupo a criar sua identidade, ou seja as normas e valores que definem o comportamento do movimento.

A partir da década de 90, um processo interativo que envolveu FETAEMG, Sindicato dos Trabalhadores rurais, Partidos políticos e Igreja

Católica contribuiu muito para a construção da identidade coletiva dos trabalhadores rurais sem-terra do município de Paracatu. Isso só foi possível a partir de 1993 após as mudanças na estrutura organizacional da FETAEMG. Foi criada a diretoria política de reforma agrária , criando um espaço próprio para garantir as ações relativas a luta pela terra.

De acordo com informações dos entrevistados, no período de acampamento na Fazenda Lagoa Rica, os trabalhadores rurais sofreram muitos preconceitos por parte da maioria dos habitantes da cidade de Paracatu, que os viam como baderneiros e ladrões de terra. Cumpre destacar que o poder municipal não deu nenhuma assistência aos trabalhadores rurais no período de acampamento. Exemplo disto é o que relata uma assentada do Nova Lagoa Rica:

“O prefeito não apoiava, até água potável ele não quis fornecer, teve uma ocasião que estava chovendo muito e o rio estava sujo e todo mundo tinha que usar aquela água. A presidente do sindicato pediu pra ele, mas ele não quis ajudar” (G., assentada do Nova Lagoa Rica, Paracatu, 2002).

A motivação e a força, demonstradas por esses trabalhadores para continuar a luta pela terra, advinha em grande parte do apoio das entidades que os representavam. O sindicato e o pólo da FETAEMG intermediavam o diálogo entre trabalhadores rurais sem-terra e as instâncias governamentais. A tática política adotada era a de continuar pressionando as agências governamentais para obter uma redefinição da situação dos trabalhadores. Essa tática pareceu não dar resultado, pois, depois de um longo processo de negociação com o INCRA, e, entre o INCRA e o proprietário da fazenda, eles nada conseguiram pelos meios legais.

Não obstante esse fato, o sindicato e o pólo regional da FETAEMG continuaram as negociações, mas os trabalhadores rurais já estavam convencidos de que, pela via institucional, não conseguiriam a desapropriação da Fazenda Lagoa Rica. Então, eles voltaram suas ações para ocupar a fazenda pela segunda vez. Diante da decisão dos trabalhadores em ocupá-la novamente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a FETAEMG deram todo apoio aos acampados para essa ação.

#### **5.4 – A segunda ocupação**

Essa segunda ocupação da Fazenda Lagoa Rica, pelos trabalhadores rurais, ocorreu em janeiro de 1996 e tinha por objetivo pressionar o INCRA a desapropriá-la. Cumpre destacar que nessa ocupação participaram não apenas as 37 famílias da tentativa anterior. De acordo com o ex-diretor do pólo da FETAEMG, a federação fez um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí para que este deslocasse trabalhadores rurais para o referido acampamento, visando o seu fortalecimento, uma vez que Unaí já tinha experiência em organização de luta pela terra e o movimento dos trabalhadores rurais já estava consolidado. Vale ressaltar que a necessidade de se buscar apoio em outro município também deveu-se à dificuldade das lideranças em mobilizar outros trabalhadores rurais sindicalizados no município de Paracatu. Essa dificuldade pode ser atribuída à fraca atuação da diretoria anterior do sindicato, bem como à insegurança e ao medo dos trabalhadores rurais da perseguição dos fazendeiros e da repressão policial.

Merece registro, em relação às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nesse processo de ocupação, a estratégia utilizada pelo administrador da fazenda ao tentar garantir a propriedade da terra. De acordo com depoimentos dos entrevistados, às vésperas da segunda ocupação, o referido administrador iniciou o preparo de uma área da fazenda para plantio, para mostrar ao INCRA que a fazenda não era improdutiva. No entanto, os trabalhadores, prevendo as intenções do administrador, usaram a estratégia de aproveitar o trabalho de preparação realizado na terra. Para tanto, crianças, mulheres e homens acampados na MG – 118 reuniram-se na madrugada anterior ao dia previsto para a ocupação, adentraram a Fazenda Lagoa Rica e realizaram o plantio de feijão na referida área. Na manhã seguinte o plantio já havia sido efetuado e o resultado foi imediato, a vigilância dos policiais no acampamento aumentou.

O que se pode apreender desse fato é que a atitude tomada pelos trabalhadores, em contraposição à estratégia do administrador, acabou implicando em novas dificuldades, que se manifestaram posteriormente ao

momento da segunda ocupação; uma vez que, segundo os entrevistados, o administrador colocou seus agregados para vigiar mais intensamente a área, houve também o aumento do efetivo policial no acampamento, o que é evidenciado na fala de uma das entrevistadas:

“Ele pôs os capangas tudo a cavalo para cercar nós lá, para ver se virava um conflito ... Quando foi à noite, os policiais ficaram vigiando as barracas lá na pista, iluminava as mulheres com crianças na cama, vigiou a noite inteira o acampamento. Nós pensamos: alguém dedou nós. Naquele dia nós não pudemos vir (ocupar) por que a polícia ficou a noite inteira vigiando” (A. Assentada do Nova Lagoa Rica, Paracatu, 2002 ).

Em face da vigilância policial, os trabalhadores esperaram um momento mais oportuno e, quando a repressão diminuiu, voltaram a ocupar a fazenda acampando ao lado de uma vereda, lugar que consideraram ser mais apropriado para garantir a sobrevivência das famílias acampadas. Este, fato ocorreu no dia 10 de janeiro de 1996.

Anexo à Fazenda Lagoa Rica, havia uma área de 530 hectares que pertencia ao mesmo dono, mas apresentava escritura diferente. Os trabalhadores rurais, imaginando que se tratava da mesma fazenda, organizaram o segundo acampamento nesses 530 hectares. Vale ressaltar que, os trabalhadores ao tomar conhecimento da existência de tal escritura, procuraram manter um grupo de 10 pessoas nessa área<sup>20</sup> e os demais trabalhadores foram ocupar a área maior.

Após a ocupação, o sindicato e o Pólo da FETAEMG se empenharam para retomar as negociações institucionais para a desapropriação. Segundo a diretora de reforma agrária do sindicato, havia um impasse nas negociações entre o INCRA e o proprietário, uma vez que, este último exigia um valor acima do preço de mercado, o qual o INCRA não estava disposto a pagar. Essa mesma diretora afirma que a estratégia do INCRA era convencer os trabalhadores rurais a desocupar a fazenda com a promessa de serem assentados numa outra área a ser identificada. Depois de conhecerem as

---

<sup>20</sup> Posteriormente, em 1997, essa área foi também desapropriada, dando origem ao assentamento Aracaju e beneficiando 14 famílias.

intenções do INCRA, os trabalhadores resolveram adotar uma estratégia: formaram grupos de 10 pessoas e se espalharam pela fazenda, como forma de dificultar uma possível desocupação.

É importante ressaltar que informações obtidas em entrevistas apontaram que o Pólo da FETAEMG não apoiou esta estratégia de ação (divisão do grupo), porque eles defendiam a idéia de que os trabalhadores deveriam aguardar a decisão da justiça juntos, no acampamento de origem. Porém os trabalhadores foram a favor da estratégia por eles desenvolvida. Esse fato aconteceu no mês de janeiro de 1996 e no dia 8 de fevereiro saiu o decreto de desapropriação. Apesar de o Pólo da FETAEMG não ter apoiado essa estratégia de ação, a sua contribuição no processo de organização dos trabalhadores e na negociação do processo de desapropriação da Fazenda Lagoa Rica foram decisivos

#### **5.5- A passagem do acampamento para o assentamento.**

Ao serem inseridos no projeto de assentamento, os trabalhadores rurais passaram a ter direitos que antes lhe eram negados. O assentamento é o reconhecimento do direito de acesso à terra e, a partir daí, os trabalhadores rurais passaram a reorganizar a estratégia de produção. A partir da constituição do assentamento eles se inseriram em outro plano, e passaram a se relacionar com as instituições públicas, para reivindicar infra-estrutura, créditos e melhorias para o assentamento.

De acordo com LEITE (2002), a trajetória dos assentados, suas alianças, as possibilidades de coesão e de constituição de espaço de poder, bem como as relações que estabelecem entre si e com o Estado e também com as forças políticas locais, são definidoras das possibilidades da consolidação desse direito e, ou de seu desdobramento em outros direitos. Esse autor ressalta que, desse ponto de vista, o assentamento representa uma ruptura com uma situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relação de poder. Para WEBER, poder significa a possibilidade de fazer triunfar no seio de uma relação social a sua própria vontade, mesmo contra resistências, qualquer que seja o argumento utilizado para isso( WEBER, citado por CHAZEL, 1995:

220).

A constituição de um assentamento, acarreta a introdução de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder. Tratando-se de área de conflito fundiário, quer envolvendo resistência, quer ocupação de terra, o simples fato de ocorrer uma desapropriação e implantação de um assentamento significa o reconhecimento do conflito por parte do Estado, que se concretiza na sua intervenção mediante desapropriação. Em vista disso, ocorrem alterações nas relações locais, pois, estas envolvem graus diferenciados de negociações com o proprietário, que pode ou não ser membro da elite local, mas que, de qualquer forma, implica em alteração nas relações de poder até então prevalecentes. Diversas agências públicas, estatais ou não, voltadas para a implantação e para a viabilização dos assentamentos passam a atuar na região (LEITE - 2002).

Após cinco meses de luta e depois da promulgação do decreto de desapropriação da Fazenda Lagoa Rica, os trabalhadores rurais acreditavam que os seus objetivos estavam próximos de serem concretizados e então, tomados pela ansiedade, não esperaram pelo Projeto de Assentamento, que é planejado pelo INCRA, e resolveram dividir a fazenda de 5.209,96 hectares “na corda”. Isso pode ser evidenciado na fala de uma das lideranças sindicais:

“Quando a propriedade foi desapropriada, demorou muito a dividir, aí nós falamos entre nós: nós queremos dividir entre nós, tanto que foi o primeiro (assentamento) a acontecer isso. Um dos líderes disse: eu vou dividir, eu entendo de terra eu vou dividir. E dividiu em 111 lotes, mediu na corda, ele mais uns três...Nós calculamos os lotes e nem sabíamos que tinha essa reserva, dividiu 5 mil e tantos. Pegou o tanto de terra e dividiu por 111 e deu tantos hectares. Eles pegaram uma corda de 100 metros e andando medindo, lote por lote. Ficaram uns dois meses fazendo isso” (E. atual diretora do Pólo da FETAEMG, Paracatu, 2002).

A lembrança desse momento está muito viva na memória dos assentados. Isso pode ser percebido quando ouvimos o relato das pessoas, com misto de emoção e orgulho. Os próprios assentados descrevem melhor:

“Nós estava ansioso de tirar o lote e jamais o agrimensor e o engenheiro podia fazer aquilo pra nós naquele momento, então fomos medir pra garantir o lote. A corda tinha 50 metros, a gente emendou as cordas e medindo duas são cem metros, duas cordas para a frente e duas de lado e duas de

fundo dá 10000 metros quadrados e nessas alturas aí a gente medir um lote de 40, 50 hectares é muito fácil pela corda e é assim que nós fazia. A gente media na base de 10 horas por dia”. (J., assentado do Nova Lagoa Rica que participou da medição dos lotes, Paracatu, 2002).

Segundo depoimento da ex-diretora do sindicato, após a medição da área, os trabalhadores se reuniram para realizar o sorteio dos lotes e, para tanto, os trabalhadores foram divididos em três grupos: o dos pioneiros, que participaram da luta pela terra no processo de ocupação; o dos que trabalhavam na cidade, e contribuía com alimentos; e o dos que vieram depois da desapropriação. Os lotes também foram qualificados em três categorias: os melhores, os intermediários e os piores, em termos de infraestrutura. Para o grupo dos pioneiros, do qual faziam parte as 37 famílias da primeira ocupação, foram sorteados os melhores lotes. Para o segundo grupo, foram sorteados os lotes intermediários e para os trabalhadores que aderiram ao movimento após a desapropriação restaram os lotes inferiores.

Por outro lado, ao ouvir depoimentos de alguns assentados pôde-se perceber que a distribuição dos lotes não obedeceu aos referidos critérios. Conforme os relatos a seguir:

“...As lideranças que estavam coordenando o processo de reforma agrária foram assentadas no projeto de assentamento. Tanto que a divisão dos lotes, o critério que nós sempre utilizamos, o critério dos sorteios dos lotes, todas as lideranças que estava na frente escolheram seus lotes.. Os outros foram assentados sem sorteio, sem nada. As lideranças principais escolheram seus lotes” (O. ex-diretor do Polo da FETAEMG, Paracatu, 2002).

“Na época os diretores do sindicato teve o direito de escolher... Um dia, na reunião pra decidir como ia ficar (a divisão dos lotes), eles arrumou uma votação e não podia votar secreto tinha que levantar a mão, as pessoas ficavam constrangidas de votar contra o sindicato...Foi assim que teve o privilégio, eles pegaram todas as áreas que tinha benfeitorias” ( D. atual Presidente da Associação do Assentamento Nova Lagoa Rica, Paracatu, 2002).

“Sorteio não teve ... tinha muita gente esperto, quando a gente ia medir os lotes, já sabia que os que estava acompanhando via o lote e dizia: é aquele. Nessa altura muita a gente escolhia os lotes, eles diziam: eu quero em tal lugar e daí saía naquele lugar pra ele” ( J., assentado do Nova Lagoa Rica, Paracatu, 2002)

“...Eu cheguei de Brasília a reunião já estava terminando. Nessa reunião eles

estavam decidindo quem era as pessoas que poderia ter mais prioridade. Quando eu cheguei os acampados tinham acabado de decidir quem era as pessoas que para eles tinham mais prioridade de ter melhor lote. Eu escutei meu nome: olha a primeira pessoa que nós vamos aceitar escolher o melhor lote é a diretora de reforma agrária por que ela passa fome, ela não tem hora de chegar, não tem hora de viajar, então eles colocaram isso aí. (A., ex-diretora de reforma agrária do sindicato, Paracatu, 2002)

A pesquisa de campo possibilitou perceber que realmente não houve sorteio. Isto porque, ao visitar o Assentamento Nova Lagoa Rica, constatou-se que as lideranças foram instaladas nos melhores lotes, onde já haviam benfeitorias, água e melhores condições de receber energia elétrica no futuro. Alguns assentados foram a favor de se dar um tratamento diferenciado para as lideranças, porém houve também aqueles que acharam injusto haver privilégios na divisão dos lotes, mas, ao se manifestarem, foram invalidados pelas lideranças, pelo argumento de que aqueles que estavam reclamando eram pessoas que não deram o sangue pela luta.

D'INCAO & ROY (1995) ao analisarem as relações de dominação que se encontram no interior dos assentamentos, afirmam que os trabalhadores rurais, no passado, estavam acostumados a uma relação paternalista e de dominação; eles não conheciam as relações democráticas. Os autores ressaltam que esta condição, a que os trabalhadores estiveram historicamente submetidos, influencia o comportamento deles, que passam a reproduzir as relações de dominação, competição e invalidação dos companheiros, ficando, dessa forma, sem condições de negociar conjuntamente soluções para os problemas que lhes são comuns. Os autores concluem que essa situação de invalidação atrasa o desenvolvimento do assentamento. Para eles, os assentados precisam ser reconhecidos em sua singularidade e liberados do risco de invalidação, para que possam decidir por eles mesmos suas atitudes. O processo de invalidação divide as opiniões, e não dá voz à maioria das pessoas discriminadas, portanto, é necessária a destruição da invalidação para que todos se sintam liberados para negociar e participar das decisões do assentamento, evitando, assim, que estas fiquem nas mãos de uma minoria.

Nesse sentido, o grupo só adquiri força quando seus membros participam de todas as decisões e atividades, combatendo o assistencialismo e quando são incentivados a resolver seus problemas coletivamente.

Utilizando esse discurso de invalidação, as lideranças do Assentamento em questão fizeram prevalecer os seus interesses e o sistema de escolha dos lotes prevaleceu. Esse episódio mostra que no período de acampamento os trabalhadores rurais dão mais ênfase para a ação coletiva; eles estão unidos por um objetivo comum, a conquista da terra. Na fase de assentamento, eles passam a lutar pelos direitos individuais de autonomia da terra, surgindo então as divergências entre as famílias. Diante disso, o discurso de igualdade defendido pelo movimento não é de fato colocado em prática, ele se perde no momento em que os trabalhadores não estão mais lutando por um mesmo objetivo e as divergências passam a retratar as desigualdades que eles tanto atacaram no período da luta.

O problema relacionado à divisão dos lotes, descrito acima, constituiu-se no primeiro motivo de divergência entre os diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Pólo da FETAEMG, uma vez que esta última defendia a idéia de que os trabalhadores deveriam esperar que o INCRA realizasse o Projeto de Assentamento mediante um planejamento, enquanto o sindicato apoiava a idéia de que a divisão dos lotes deveria ser realizada pelos próprios assentados. Diante disso, a FETAEMG optou por deixar que os próprios trabalhadores decidissem o que fazer. Cumpre destacar que uma possível explicação para a posição assumida pelos diretores dos sindicatos, reside no fato de que a maior parte dos diretores estava sendo assentada no Nova Lagoa Rica.

Quanto as pessoas que residiam na fazenda, apenas dois dos cinco agregados foram assentados e estes, segundo os entrevistados, foram aliados dos trabalhadores rurais no período de acampamento.

Outro fator importante a destacar, com relação à divisão dos lotes, é que os trabalhadores desconheciam o fato de que naquele assentamento era necessário separar uma área para reserva florestal coletiva e áreas destinadas ao uso coletivo e também que os lotes não seriam divididos em tamanhos iguais. De acordo com o INCRA, os lotes são divididos baseados na qualidade da terra e benfeitorias, como pode ser observado no exemplo a seguir: se um lote tem água e o outro não, o que tem água teria uma área menor. Segundo depoimentos dos entrevistados, 5 meses depois do decreto de

desapropriação, quando o INCRA foi implantar o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA, no Assentamento Nova Lagoa Rica, houve problemas, pois alguns assentados que haviam recebido anteriormente cerca de 50 hectares não aceitaram receber só 36<sup>21</sup> na nova distribuição. Mas o INCRA e o Pólo da FETAEMG fizeram um trabalho de conscientização, mostrando os critérios que deveriam nortear a divisão. Esse fato é relatado por uma das assentadas:

“ Quando o INCRA veio fazer o PDA, foi o maior problema, eu fui convencida pelo diretor do Pólo da FETAEMG que terra não é quantidade é qualidade, que não deveria ser daquela forma. Aí eu comecei a discutir com o povo e fui convencida (...), foi uma confusão danada. O INCRA fez entender, porque as pessoas acabam pegando amor naquilo, se você tem 50 e depois só tem 30 é complicado, mas no final deu tudo certo”. (E. atual diretora do Pólo da FETAEMG, Paracatu, 2002)

De acordo com os assentados, nesse processo de divisão dos lotes realizado pelo INCRA, procurou-se não deslocar assentados de um lote para outro, as modificações foram no sentido de aumentar ou diminuir os lotes de acordo com a infra-estrutura existente. Houve dois casos em que essa mudança teve que ser feita, mas os trabalhadores rurais ainda não haviam recebido nenhum tipo de crédito, não haviam construído infra-estrutura em seus lotes, por isso não tiveram prejuízo.

Era chegado o momento de começar a planejar o futuro, a terra já era realidade. Para essas pessoas o fato de ter a terra significava recuperar a própria dignidade. Dignidade para essas pessoas era recuperar a capacidade de prover o sustento de suas famílias, através do cultivo da terra. Ao falarem do movimento e do entusiasmo da ocupação da Fazenda Lagoa Rica, os assentados não deixam de relatar as dificuldades e os momentos tensos. Um dos assentados, por exemplo, narra emocionado as perseguições que sofreu da justiça, quando foi indiciado por formação de quadrilha.

As lembranças dos momentos de luta no acampamento, às margens da rodovia e dentro da fazenda, ainda estão muito vivas na memória dos assentados. Isso foi percebido quando eles relataram o processo de luta: as dificuldades, as alegrias e tristezas vividas nesse período. Pôde-se perceber

---

<sup>21</sup> No Assentamento Nova Lagoa Rica os lotes variaram de 36 a 60 hectares.

muita tristeza quando os trabalhadores relataram os motivos pelos quais tiveram que abandonar a terra no passado e os tempos difíceis vividos na cidade e muita alegria quando relataram a conquista da terra e o sentimento de liberdade para trabalhar e tirar o sustento dela. Os próprios assentados nos descrevem melhor:

“...Eu costumo dizer o seguinte: antes a gente ficava passando fome. Se você quisesse um litro de leite tinha que comprar, se quisesse uma raiz de mandioca você tinha que comprar, se quisesse um ovo ou uma galinha tinha que comprar, isso se tivesse dinheiro. Hoje não, hoje eu tenho tudo graças a Deus” (G., assentada do Nova Lagoa Rica, Paracatu, 2002).

“...É, cada um tem a terra, eu me sinto tão satisfeito, porque cada dia que passa a gente está progredindo...”(O., assentado do Nova Lagoa Rica, Paracatu, 2002)

Apesar das dificuldades que os trabalhadores rurais enfrentaram no período da luta pela Fazenda Lagoa Rica, esse processo foi muito importante para a região e principalmente para o município de Paracatu, pois após a constituição desse referido assentamento, intensificou-se a luta pela terra no município. Para as famílias assentadas ficaram aprendizados e ensinamentos importantes; aprenderam na prática como se organizar, passaram as dificuldades no acampamento, mas alcançaram o objetivo final, a terra.

A Associação do Assentamento Nova Lagoa Rica foi fundada no dia 11 de novembro de 1996 com 111 associados, oito meses após a promulgação do decreto de desapropriação. Cumpre destacar que a criação da associação é uma exigência do INCRA, todo assentamento após realizado o Plano De Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA, deve-se constituir uma associação. Esse é um dos critérios para que os assentamentos possam receber os créditos, eles s”ao enviados via associação.

O processo de organização e de instalação de infra-estrutura do referido assentamento foi facilitado em razão da parceria envolvendo o INCRA, os assentados e a prefeitura de Paracatu, sendo que esta última disponibilizou uma parte dos recursos financeiros, o que, somado aos valores liberados pelo INCRA, agilizou o processo de instalação de infra-estrutura. Exemplo disso foi

a instalação do Condomínio das Águas, que possibilitou que todos os assentados passassem a receber água encanada em suas casas. Isto representou um fato bastante expressivo, uma vez que este assentamento foi o primeiro da região a possuir água encanada em todos os lotes.



**Figura 6** – Caixa de armazenamento do Condomínio das Águas

Essa tríplice parceria foi realizada da seguinte forma: O INCRA e a prefeitura construíram a caixa de armazenamento da água, bem como as obras de canalização de um córrego até a referida caixa. Os assentados, por sua vez, construíram a canalização da caixa de armazenamento até seus lotes. Cada

assentado contribuiu com oitocentos reais para a concretização do projeto. Hoje, cada um possui um hidrômetro e os custos são calculados considerando a energia elétrica, o desgaste de materiais e as despesas com funcionários. Cada assentado tem direito a, no máximo, cento e cinquenta mil litros de água por mês.

De acordo com depoimento de uma das lideranças, essa parceria só foi possível devido à boa relação existente entre o INCRA e as entidades de mediação do município, bem como o compromisso assumido pelo prefeito que assumiu a prefeitura de Paracatu em 1996, mais afinado com os ideais do movimento de luta pela terra. Essa parceria foi muito positiva porque, posteriormente, norteou outros assentamentos que surgiram no município na utilização dos recursos, de forma coletiva. Vale ressaltar que até a data da realização da pesquisa, o INCRA ainda não havia providenciado a instalação de energia elétrica. A instalação existente hoje no assentamento é a que já existia antes da ocupação e beneficia apenas dezoito assentados.

Após o parcelamento definitivo da área, a Cáritas Diocesana passou a dar assistência técnica aos assentados. Essa assistência foi realizada no âmbito do Projeto Lumiar que, de acordo com o Relatório do Balanço da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar apresentado pelo Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário de dezembro de 1999, foi um programa criado para prestar assistência técnica, capacitar as famílias assentadas e garantir a sustentabilidade dos Projetos de Assentamentos do INCRA. De acordo com o manual do Projeto Lumiar (INCRA, 1997), três instituições estavam diretamente envolvidas nesse projeto: o INCRA, a organização dos assentados e a prestadora de assistência técnica, que no caso do Assentamento Nova Lagoa Rica era a Cáritas Diocesana. A relação entre essas instituições era considerada condicionante para o sucesso do projeto.

Através do Projeto Lumiar, a assistência técnica era gratuita nos assentamentos até meados do ano 2000, quando o governo suspendeu o projeto devido a denúncias de desvios de recursos, com a suposta conivência e envolvimento dos técnicos do Lumiar. Em algumas cooperativas ligadas ao MST os técnicos só liberavam o dinheiro sob a condição de que o assentado

pagasse 3% de “pedágio” e comprasse em supermercados ligados ao MST, onde pagavam mais caro pela mercadoria. (ESTADÃO - 2000). Apesar da extinção do Projeto Lumiar, no Assentamento Nova Lagoa Rica, a Cáritas continua a dar assistência aos agricultores, utilizando outras fontes de recursos

De acordo com levantamento feito em atas da associação do assentamento, foram feitas as seguintes reivindicações à prefeitura de Paracatu: a criação de uma escola de 1º grau para o assentamento; meio de transporte para as crianças se locomoverem para a escola; transporte para levar os alunos do 2º grau para a cidade; máquinas agrícolas para o trato da terra; possibilidade de os assentados participarem da feira livre da cidade e posto de saúde móvel no assentamento. Com exceção desse último item, todas as reivindicações dos assentados foram atendidas, evidenciando, assim, que o prefeito da época era favorável à constituição e viabilização dos assentamentos.

Dessa forma, criou-se um ambiente favorável à organização dos trabalhadores rurais no município de Paracatu. NASCIMENTO (2002), analisando a relação das autoridades municipais com os movimentos sociais, enfatiza que essas expressam uma certa dificuldade de se relacionar com os conflitos sociais resultantes do processo de ocupação de terra, mesmo que se considere os assentamentos de reforma agrária como elemento dinamizador da economia municipal. Na perspectiva da autora acima citada, a prática de ações clientelísticas e patrimoniais que atendem aos interesses da elite local dificulta o entendimento das autoridades de que o processo de constituição dos assentamentos rurais, incluindo a fase da conquista da terra, necessita de ações excepcionais para as demandas desse segmento.

A experiência de Paracatu mostrou uma contra-tendência, pois a constituição do Assentamento Nova Lagoa Rica se deu por um processo construtivo que envolveu, inicialmente, um deputado estadual do Partido dos Trabalhadores – PT, durante o processo de ocupação da fazenda. A posteriori, esse deputado estadual foi eleito prefeito da cidade de Paracatu, em 1996, e contribuiu para a viabilização e implementação do assentamento.

O projeto de parcelamento do Assentamento Nova Lagoa Rica, realizado pelo INCRA, foi concluído no mês de outubro de 1996, sete meses após a

promulgação do decreto de desapropriação. Esse período pode ser considerado muito curto, visto que, segundo informações obtidas no INCRA, o referido processo pode demorar até 14 meses, dependendo das características de cada área. De acordo com depoimento de alguns entrevistados, essa agilidade se deu em razão da parceria entre o INCRA, a prefeitura e os assentados.

Resumindo, procurou-se realizar a reconstituição histórica do Assentamento Nova Lagoa Rica, no período de 1995 a 1996. Ficou evidenciado que a partir de 1994 houve mudanças na conjuntura sócio política que possibilitou o fortalecimento do movimento sindical na região Noroeste de Minas, criando condições para que os trabalhadores rurais se organizassem para promover ações de ocupação. O apoio recebido da FETAEMG, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Partido dos Trabalhadores - PT, foi fundamental para a efetividade das ações dos trabalhadores e também para que não houvesse violência física. Observou-se também que, durante a implementação do Assentamento Nova Lagoa Rica, as lideranças sindicais, que foram assentadas nesse projeto utilizaram do poder de dominação e invalidação para conseguir privilégios, pode se perceber que esse processo de invalidação não possibilita que o grupo tome decisões de forma democrática, as decisões passam a ser manipuladas pelo grupo mais forte. No que se refere à implantação de infra-estrutura, pôde-se observar que o trabalho foi realizado em um período relativamente curto devido a uma parceria realizada entre o INCRA, prefeitura e assentados.

Pode-se perceber que o processo de implementação do Assentamento Nova Lagoa Rica foi o elemento incentivador para que os trabalhadores rurais se organizassem em torno da luta pela terra no município de Paracatu. Assunto que será tratado na seção seguinte

## **6– A CONSOLIDAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO MUNICÍPIO DE PARACATU.**

No projeto de Assentamento Nova Lagoa Rica foram assentadas 111 famílias, número pouco expressivo em relação ao contingente de famílias que demandavam ser incluídas nos projetos de reforma agrária, no município de Paracatu. Essa vitória alcançada pelos trabalhadores rurais foi noticiada nos jornais da região e teve grande repercussão entre os demais trabalhadores rurais do referido município. Este fato exerceu grande influência sobre eles, que passaram a se mobilizar em torno da luta pelo acesso à terra. Como assinalou uma das entrevistadas:

“... nós tinha muita vontade também de ter a terra, a gente sentiu aquele impulso, se eles conseguiu nós também há de conseguir. Foi aí que nós começou a trabalhar assim, em conjunto, fazendo reunião” (M. assentada no Tiro e Queda, Paracatu, 2002).

No tocante à questão da influência que a constituição do Assentamento Nova Lagoa Rica exerceu sobre os trabalhadores rurais, merece registro um episódio ocorrido no município de Paracatu, que ilustra a euforia dos trabalhadores rurais após o anúncio da desapropriação da Fazenda Lagoa Rica. De acordo com o depoimento da ex-diretora do sindicato da época, um grupo de trinta trabalhadores rurais do município, embuídos de entusiasmo resultante da ocupação bem sucedida, reuniram-se a revelia do movimento sindical e decidiram ocupar uma fazenda, denominada de Fazenda Carrapato, porém eles desconheciam alguns aspectos importantes para a maior

efetividade e sucesso dessa ação. Por exemplo, eles não sabiam da importância de se ter um mediador para realizar as negociações com o INCRA e que a fazenda teria de ser vistoriada e considerada improdutiva para que posteriormente, pudesse ser desapropriada para fins de reforma agrária.

Segundo a referida diretora, o sindicato só tomou conhecimento dois dias após essa ocupação, justamente por ocasião da ação policial de despejo. O sindicato local orientou os trabalhadores a permanecerem na área e aguardarem o mandado, de despejo, pois se houvesse a desocupação da fazenda sem o mandado o movimento poderia perder a credibilidade. Esse fato, que demonstrou a determinação dos trabalhadores em lutar pela terra, fez com que o sindicato local e o Pólo da FETAEMG intensificassem suas ações no município. As lideranças relataram que a criação do Assentamento Nova Lagoa Rica foi um marco na luta pela terra no município. O sucesso da implementação do referido assentamento, associado a uma conjuntura sócio política favorável, foi decisivo para que os trabalhadores rurais intensificassem a organização em torno da luta pela terra, como pode ser evidenciado na fala de alguns presidentes de Associações de outros assentamentos:

“...a Lagoa Rica conseguiu trazer o ânimo, porque a reforma agrária em Paracatu estava morta, a partir do momento que criou o Nova Lagoa Rica as pessoas passaram a acreditar mais que era possível conseguir um pedaço de terra para se sustentar” (O. Presidente da Associação do Assentamento Santa Rosa, Paracatu, 2002).

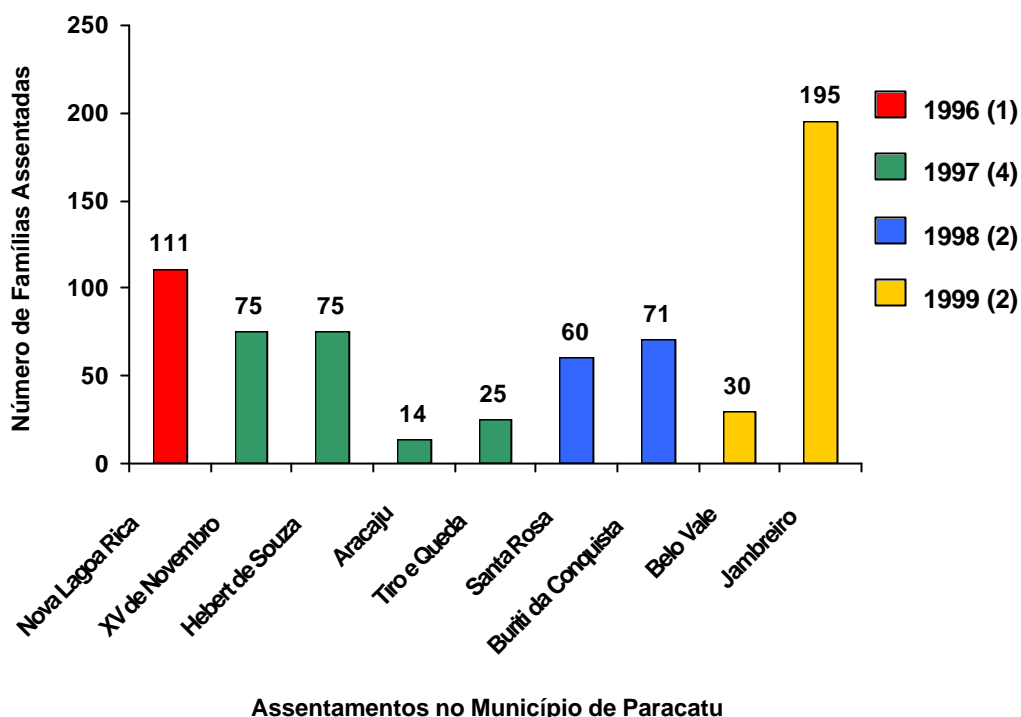
“... depois que eles ocuparam a Lagoa Rica e cada um pegou seu lote, nós sabíamos que eles iam trabalhar para o sustento da família, isso é que influenciou a fazer uma organização, para também conseguir uma área...” (J. Presidente da Associação do Assentamento XV de Novembro, Paracatu, 2002)

Ainda, em 1996, houve uma grande mobilização organizada pelo Pólo da FETAEMG e pelo sindicato local, que tinha por objetivo ocupar a Fazenda Santa Catarina no município de Paracatu. Essa área foi ocupada por mais ou menos 300 famílias e posteriormente deu origem ao Assentamento XV de Novembro. Segundo o atual presidente da Associação do referido assentamento, após a ocupação houve a intervenção da polícia para fazer cumprir o mandado de despejo, mas eles resistiram e conseguiram

permanecer na terra. Ele relata ainda que o INCRA demorou mais de um ano para iniciar o projeto do Assentamento. Quando isso aconteceu, os trabalhadores já haviam iniciado a divisão dos lotes.

Em razão de a Fazenda Santa Catarina possuir apenas 3.744 hectares foram assentadas, nessa área, só 73 famílias. O ex-presidente do Pólo da FETAEMG relata que as demais famílias foram sendo assentadas em outras áreas providenciadas pela federação. No ano de 1997 foram desapropriadas mais três áreas, dando origem aos assentamentos: Hebert de Souza, assentando mais 75 famílias; Aracaju, com 14 famílias e o Tiro e Queda, com 25 famílias. Em 1998 foram implementados mais dois assentamentos nesse município: o Santa Rosa, contemplando 60 famílias, e o Buriti da Conquista, com 71 famílias e, em 1999, foram implantados os dois últimos assentamentos do município de Paracatu, Belo Vale, beneficiando 30 famílias, e Jambreiro, o maior assentamento do município, abrangendo uma área de 11.180,79 hectares e assentando 195 famílias, totalizando, no final do ciclo, oito assentamentos, nove com o Nova Lagoa Rica e beneficiando 656 famílias, como pode ser observado no gráfico a seguir.

**Gráfico 3** - Número de famílias beneficiadas por assentamento e o número de assentamentos no município de Paracatu no período de 1996 a 1999.



Fonte: INCRA – ITER – MG/2002

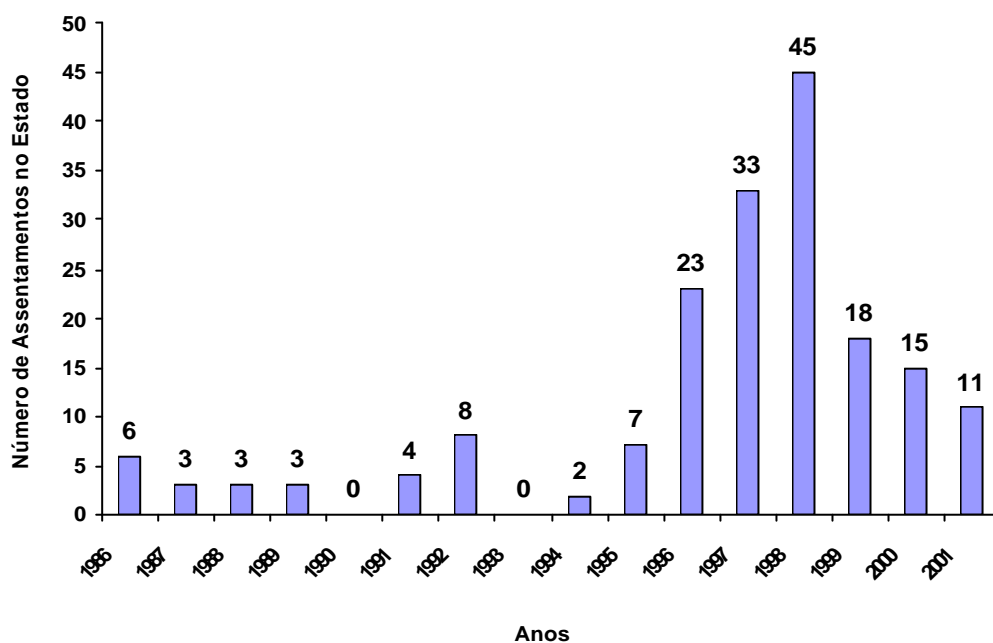
A mediação do sindicato local, do Pólo da FETAEMG e o apoio dado pela prefeitura de Paracatu possibilitaram que o processo de implementação desses assentamentos rurais no município fosse pacífico, sem uso de violência física, diferentemente de outras regiões do País.

O ano de 1996, época em que iniciou-se o processo de implementação dos assentamentos rurais em Paracatu, coincidiu com o momento em que intensificaram-se, também, o número de projetos de assentamentos em todo o Estado de Minas Gerais, configurando-se como produto de articulação de uma estrutura fundiária altamente concentrada, a articulação dos mediadores, e a resposta do Estado a uma grande pressão social. Os dados do INCRA revelam que em Minas Gerais, no período de 1986 a 1989, foram criados 15 assentamentos, sendo que 4 foram na região Noroeste. Já em 1990 não foi implementado nenhum assentamento no Estado. De 1991 a 1994 foram criados mais 14 assentamentos, 3 dos quais na região Noroeste. No ano de 1993 também não foram implementados assentamentos no Estado, e em

1994 foram criados 2 assentamentos, mas nenhum na região, como é mostrado nos gráficos 3 e 4.

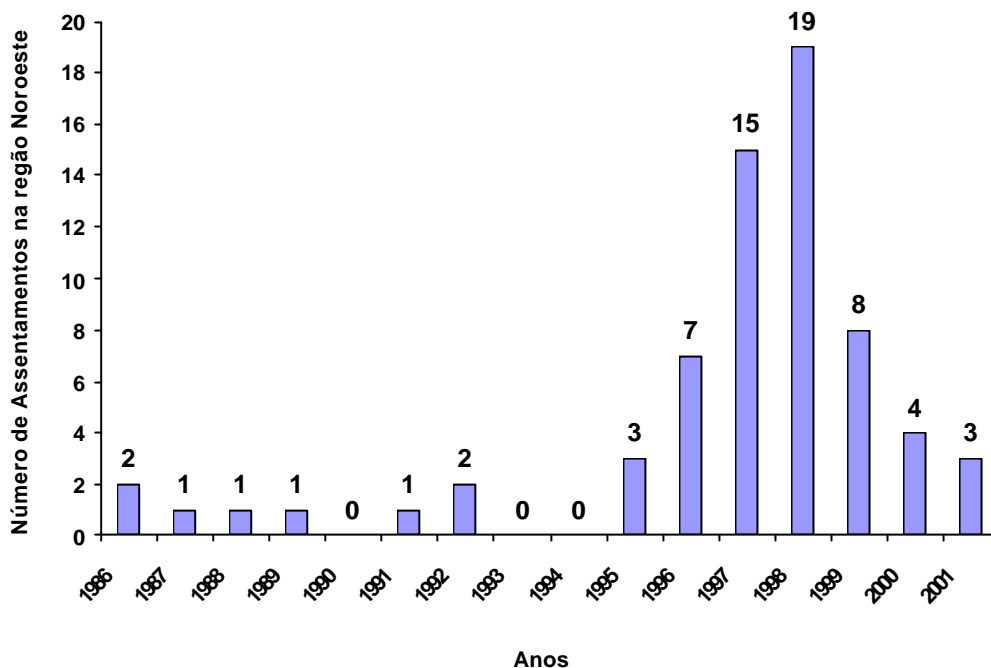
A partir de 1995, devido a abertura de acesso ao poder, intensificou as mobilizações sociais e o número e de assentamentos rurais em Minas e na região Noroeste aumenta significativamente. No período de 1995 a 2000, foram implementados cinco vezes mais assentamentos do que no período de 1986 a 1994 no Estado. No Noroeste essa diferença foi de 8 vezes, o que também pode ser evidenciado nos gráficos a seguir:

**Gráfico 4** – Evolução do número de projetos de Assentamentos de Reforma Agrária em Minas Gerais no período de 1986 a 2001



Fonte: INCRA – ITER – MG/2002

**Gráfico 5** – Evolução do número de Assentamentos de Reforma Agrária na Região Noroeste de Minas Gerais, no Período de 1986 a 2001.



Fonte: INCRA – ITER – MG/2002

O aumento expressivo no número de assentamentos rurais, no Estado de Minas Gerais e no noroeste mineiro a partir de 1996, pode ser explicado, em parte, pela resposta do governo federal à pressão dos movimentos sociais rurais, associado a uma série de fatores que possibilitaram uma estrutura de oportunidade política favorável aos movimentos de luta pela reforma agrária a partir de 1995, dentre os quais podemos destacar: estímulo a institucionalização dos movimentos sociais; a intensificação do debate em torno da reforma agrária, após o massacre de Eldorado dos Carajás e da repercussão da marcha dos trabalhadores rurais à Brasília; a crescente atuação do MST, principalmente no Pontal do Paranapanema; e a atuação da mídia, que passou a dar maior cobertura a esses acontecimentos.

Ao analisar a conjuntura regional, pode-se inferir que a intensificação do número de assentamentos foi favorecida pela transferência do Pólo da FETAEMG para Paracatu e pelo fortalecimento do movimento sindical na

região Noroeste. Todos esses elementos conjunturais associados às conseqüências da modernização da agricultura, que provocou um grande êxodo rural no município de Paracatu, foram fatores fundamentais para que os trabalhadores se mobilizassem. Além disso, no nível municipal, observou-se que o apoio do Partido dos Trabalhadores no processo de luta pela terra e na constituição do Assentamento Nova Lagoa Rica foi considerado como elemento incentivador da luta pela terra no município.

O ápice do processo de desapropriação de terras no Estado de Minas e no noroeste mineiro ocorreu no ano de 1998. No entanto, a partir de 1999, observou-se uma significativa queda no número de constituição de projetos de assentamentos rurais nessa região em relação ao ano anterior. Apesar dessa expressiva diminuição, em 1999 o número de novos assentamentos se mostrou ainda superior ao ano de 1996 e anteriores. Essa diminuição do número de novos assentamentos implementados pode ser atribuída ao enfraquecimento do sindicalismo rural e dos movimentos sociais, bem como a adoção de novas diretrizes pelo governo federal, dentre as quais podemos destacar: a criação de mecanismos institucionais que possibilitasse o acesso a terra sem atuação dos movimentos sociais, como o Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra; e a Edição da Medida Provisória 2109 de 1999, que teve por objetivo proibir a vistoria por dois anos em imóveis ocupados. Essas medidas contribuíram para o arrefecimento do ímpeto dos movimentos sociais após o ano de 1998.

A pesquisa de campo evidenciou o enfraquecimento do sindicalismo no município de Paracatu e, conseqüentemente, da organização dos trabalhadores rurais a partir de 1999. Pôde-se observar que a partir desse ano, iniciou-se uma acirrada disputa política entre as lideranças do município, pelo controle do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do polo Regional da FETAEMG, isto é pelo controle de representação dos trabalhadores rurais.

Essa disputa ocorreu entre as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as do Pólo da FETAEMG de Paracatu. A origem dessas divergências remonta ao período das eleições municipais de 1999, quando as duas instituições não chegaram a um consenso em relação à indicação de um candidato a vereador, que fosse do Partido dos Trabalhadores, que representasse os trabalhadores rurais. Em conseqüência

disso, cada instituição lançou um candidato e o vencedor foi o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A divergência entre os dirigentes do sindicato e os do Pólo da FETAEMG se agravou quando o candidato eleito abandonou o PT e se filiou ao Partido da Frente Liberal – PFL. Entretanto, em março de 2002, foram realizadas novas eleições para a diretoria da FETAEMG.

O grupo que se encontrava no poder desde 1990 foi novamente eleito no congresso pelos representantes dos trabalhadores rurais, mas esse grupo não concordou com a composição da chapa que foi negociada no congresso, mesmo sendo eleitos pelos trabalhadores rurais o diretor da FETAEMG optou por romper com a federação e uma outra pessoa assumiu a diretoria. Esse fato permitiu uma reaproximação dos dirigentes do sindicato e os da FETAEMG mas levou o ex-diretor da federação e outras lideranças contrárias ao sindicato a fundar a Associação Municipal dos Pequenos Produtores Rurais Familiares do Município de Paracatu - AMPAF. Em decorrência dessas disputas políticas, os mediadores perderam de vista os principais objetivos dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária e passaram a buscar seus próprios interesses, ou interesses de um determinado grupo.

NASCIMENTO (2002) ao analisar o processo de constituição dos assentamentos rurais, diz que desde o início, está embutida uma tensão entre os atores que não se restringe à relação entre o Estado e os trabalhadores rurais. Isso pode ser evidenciado também nas relações no interior dos movimentos sociais, suas lideranças e organização de apoio. Isso pode ser evidenciado na fala de alguns dos entrevistados:

“O diretor do Pólo deixava muito o trabalhador indeciso, o trabalhador procurava o sindicato, o sindicato orientava de uma forma, procurava o Pólo da FETAEMG ela orientava de outra forma. Não tinha um diálogo. O diretor do Pólo ele queria muitas vezes buscar para um determinado grupo” ( A. atual Presidente da Associação do Assentamento Aracajú, Paracatu, 2002).

“Hoje, em alguns casos eles se tornaram inimigos políticos. As lideranças que defendiam os mesmos ponto de vista, através de um mesmo objetivo, através de uma organização, de uma entidade de um partido, hoje são inimigos políticos. Cada um partiu para um lado e isso está trazendo um grande prejuízo para o trabalhador, por que o mesmo trabalhador que vai lá e paga sua anuidade no sindicato ele também está dando sua contribuição para a federação e para os outros órgãos, e na hora de defender os

interesses dos trabalhadores rurais eles não estão juntos. O mesmo diretor que está lá na federação ele contrapõe ao do diretor que está no sindicato e isso cada um defendendo um ponto de vista ...isso não está dando certo ultimamente nesses novos assentamentos que estão tentando se formar, que muitas vezes está sendo apoiados pela federação e orientados pelo sindicato, o que parece é que os interesses dos diretores dessas entidades não é o mesmo interesse dos trabalhadores rurais”(O. Presidente da Associação do Assentamento Santa Rosa, Paracatu, 2002).

“Olha, pelo conhecimento desses 6 anos que eu venho acompanhando o movimento sindical, essa nova diretoria (da FETAEMG) é muito complicada, por que o movimento sindical hoje virou política, as pessoas que estão lá não está tendo muito compromisso com a reforma agrária e as pessoas que tinham, hoje está fora da direção. Essas pessoas estavam no dia a dia ...Hoje eu não conheço o diretor de reforma agrária da FETAEMG que nunca se destacou, que nunca fez trabalho nenhum. Então hoje eu acho que a FETAEMG e a CONTAG cruzaram os braços, hoje eu acho que eles estão mais preocupados com a política partidária” (D. atual presidente da associação do Assentamento Nova Lagoa Rica, Paracatu, 2002).

NASCIMETNO (2002) ressalta que a heterogeneidade na composição da diretoria da FETAEMG não afastou antigas lideranças de sua estrutura, gerando profissionalização dos dirigentes sindicais. Isso pode ser evidenciado pelo fato de que um dos diretores do Pólo da FETAEMG de Paracatu permaneceu por 12 anos na direção. FERREIRA NETO (1999), analisando essa questão, afirma que em todos os níveis hierárquicos, ocorreu longa permanência de lideranças em cargos executivos do sindicalismo rural. Para ele, essa pouca rotatividade pode ser interpretada de dois modos: ela reflete as dificuldades que o sindicalismo enfrenta para se afastar dos benefícios materiais e políticos que os cargos oferecem, ou a dificuldade estrutural enfrentada pelo sindicalismo rural de formar novas lideranças a partir de uma base muito heterogênea e historicamente caracterizada pela precariedade econômica e pelo baixo nível de organização.

Hoje, em Paracatu, existem dois grupos divergentes no movimento de luta pela terra. Um deles é composto pelos diretores do sindicato e do Pólo da FETAEMG e o outro é constituído pelos dirigentes da Associação Municipal dos Pequenos Produtores Rurais Familiares do Município de Paracatu - AMPAF. Cumpre destacar que essa associação foi criada em 2002, após as eleições da diretoria do Pólo da FETAEMG, evidenciando que, além dos

objetivos declarados, organizar a produção e a comercialização dos produtos agrícolas, também se configura como um espaço político para o grupo que optou em romper com a FETAEMG, o que pode ser comprovado pela fala do ex-diretor do Pólo da FETAEMG e atual presidente da AMPAF:

“Nós montamos a associação (AMPAF), primeiro em função da demanda que existe em organizar a produção e a comercialização, a gente tem aqui em Paracatu e na região, novos projetos, são 68 projetos de assentamentos e nós não temos nenhuma experiência organizada na área de produção e comercialização ... Então essa é uma demanda que temos em Paracatu e, segundo, é porque nós ficamos sem espaço político de articulação, o sindicato é contra a gente, é vinculado a prefeitura, a FETAEMG nós perdemos. Não tinha nenhum espaço de articulação nosso, do setor organizado que pensa diferente” (Atual diretor da AMPAF, Paracatu, 2002).

De acordo com MARTINS (2000), a luta pela terra hoje, mediada por visões de mundo estranhas aos protagonistas do drama agrário, não é mais estrita e substantivamente à luta social dos trabalhadores privados da terra ou em vias de sê-lo. Tornou-se uma luta partidária dos setores médios da sociedade, sindicalistas, religiosos, agentes de pastoral, intelectuais militantes e ativistas políticos. Para esse autor os setores que se inquietam com a pobreza e as injustiças sociais, nem sempre tem da luta pela terra uma visão enraizada na experiência de vida de quem precisa da reforma precisa. As mediações, estranhas ao problema em si, tendem a multiplicar-se e a complicar a continuidade da luta pela terra.

Portanto, de acordo com esse autor, para evitar maiores distorções no processo de mediação, deve haver um encontro de consciência entre os mediadores e os protagonistas da luta pela terra, no qual os problemas sociais reivindicados por esses mediadores sejam também os que de fato são expressos pelos que deles são vítimas. Exemplo desse desencontro de consciência é dado por MARTINS (1991), quando ele aponta que a reforma agrária, vista através do olhar urbano, reflete uma preocupação com a propriedade da terra, enquanto sob a ótica do rural, essa propriedade da terra não se constitui a questão central, uma vez que, para os trabalhadores rurais, a terra assume maior significado enquanto meio de produção e espaço de reprodução social.

No entanto, essa visão de Martins nega toda a dimensão dos trabalhadores rurais, uma vez que, para eles, a propriedade da terra é que possibilita que ela seja pensada como local de produção e de reprodução social, como local de trabalho e de vida. O encontro de consciência só poderá ser alcançado se os próprios mediadores revirem o seu papel de interlocutores, superando os limites do caráter intelectualista e individualista, que procura explicar o que os trabalhadores rurais são, e voltar seus esforços para uma busca precisa que explique o que eles desejam.

Diante disso, como vislumbrar uma efetiva e comprometida ação dos mediadores do movimento de luta pela terra no município de Paracatu, quando os depoimentos dos presidentes das associações dos assentamentos do referido município evidenciam a ocorrência de grande dificuldade de convivência e superação das contradições por eles experimentadas no processo de disputa política entre as lideranças? Isso talvez possa ajudar a entender o porquê do refluxo da luta pela terra em Paracatu, visto que a partir de 1999 não foi implementado nenhum assentamento rural nesse município e os que estão em fase de acampamento já duram mais de dois anos. Entretanto, ao restringir-se a análise do refluxo da luta pela terra no município de Paracatu a esse único aspecto, corre-se o risco de se fazer uma análise reducionista e simplificadora.

Ao analisar a questão acima, sob a perspectiva interpretativa de MELLUCI (2001: 56), cujo entendimento assinala que movimento social é um sistema de ação que opera num campo sistêmico de possibilidades e limites, torna-se indispensável considerar-se também a conjuntura sócio política, que, a partir de 1999, se torna desfavorável para os movimentos sociais devido às novas diretrizes adotadas pelo governo federal.

## **7– CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo se propôs compreender a implementação dos assentamentos rurais no Noroeste de Minas Gerais. Para tanto, estudou-se a conjuntura política social e econômica que possibilitaram a organização dos trabalhadores em torno da luta pela implantação do Assentamento Rural Nova Lagoa Rica, no município de Paracatu, e a influência desse processo na consolidação da luta pela reforma agrária no referido município. As conclusões levantadas foram baseadas nas narrativas e nos documentos, e na interpretação desse material à luz dos conceitos de oportunidades políticas e ação coletiva:

A análise do processo de modernização da agricultura na região Noroeste de Minas permitiu identificar transformações substanciais no que tange às relações de produção e de trabalho no campo. Verificou-se que esse processo, mais especificamente no município de Paracatu, levou ao aumento da concentração fundiária, à expropriação dos pequenos produtores e à expulsão dos trabalhadores rurais do campo, levando-os a criar estratégias de resistência e de luta pela reforma agrária a partir da década de 80. Nesse período, observou-se uma estrutura de oportunidades políticas favorável à emergência e desenvolvimento das lutas sociais pela reforma agrária, que foram impulsionados pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária; momento em que se observou uma mudança na postura do Estado em relação à política de reforma agrária, dando início ao processo de desapropriação de áreas improdutivas para cumprir sua função social. É nesse contexto que são

implementados os primeiros projetos de assentamentos rurais no noroeste mineiro.

Observou-se também que a partir de 1989, ocorreu uma desmobilização dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, devido a estrutura de oportunidade política desfavorável, que culminou com a crise das entidades de mediação desses movimentos. As referidas entidades, a partir de 1990, passaram a priorizar a formação de novas lideranças e só voltaram a se fortalecer após o processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor no ano de 1992, fato que contribuiu para emergência de mobilizações mais agressivas. A partir de 1993, o sindicalismo e outras entidades de mediação, como o MST, ganharam força novamente em todo o Brasil e passaram a reivindicar os direitos dos trabalhadores, contribuindo assim, para que a conjuntura sócio-política mudasse em favor dos movimentos sociais. Em Paracatu esse fortalecimento se deu, em grande parte, por causa da transferência do Pólo da FETEMG de João Pinheiro para o referido município.

O estudo evidenciou que, a partir dessa transferência, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais se fortaleceu e passou a articular suas ações com o Pólo da FETAEMG, com a Igreja Católica e com o Partido dos Trabalhadores, passando a atuar no sentido de contribuir para a construção de uma consciência crítica e de direitos dos trabalhadores rurais, fato este que possibilitou-lhes a organização para a ocupação da Nova Lagoa Rica em setembro de 1995.

Identificou-se o importante papel desses atores como mediadores no processo de organização dos trabalhadores rurais e nas negociações com as entidades públicas, possibilitando a implementação do Assentamento Nova Lagoa Rica, que em, grande medida foi facilitada por uma estrutura de oportunidade política favorável, de intensa mobilização social e institucionalização dos movimentos sociais; a intensificação do debate sobre a reforma agrária após o massacre de Eldorado dos Carajás; a crescente atuação do MST no país; e a participação da mídia, que passou a dar maior cobertura a esses acontecimentos. A interação dos elementos até aqui citados contribuiu para a construção de uma identidade coletiva por parte dos trabalhadores rurais em relação a sua condição de sujeitos da exclusão social.

Dessa forma, procurou-se compreender a organização dos trabalhadores rurais através das interconexões entre os aspectos estruturais regional e nacional e entender como estes possibilitaram a ação coletiva dos trabalhadores rurais. Os resultados da pesquisa foram consistentes com as abordagens de Tarrow e Melluci, em que alguns fatores conjunturais e estruturais, como a estrutura das oportunidades políticas, a existência de empreendedores, o grau de equilíbrio ou de crise do ambiente, contribuem para emergência das ações concretas. Contudo esses fatores não poderiam operar se os atores não tivessem a capacidade de percebê-los e de integrá-los em um sistema de orientação que constitui a estrutura condutora das ações. De certa forma, pode-se inferir daí que os trabalhadores rurais conseguiram visualizar uma estrutura de oportunidade política favorável para a realização da ação coletiva. Essa ação praticada pelos movimentos sociais rurais, pode ser caracterizada sob a concepção de MELLUCI (1989 : 57), ou seja, pela solidariedade entre seus membros, desenvolvendo um conflito pela ruptura dos limites impostos pelo sistema social em que ocorre a ação.

O Assentamento Nova Lagoa Rica mostrou-se como um bom exemplo da importância social da reforma agrária no país. Observou-se que esse assentamento foi um marco no processo de implementação dos assentamentos rurais no município de Paracatu, visto que foi um elemento incentivador para a consolidação da luta pela terra no município. A presença do Sindicato e da FETAEMG foi importante e decisiva para a efetividade das ações dos trabalhadores rurais. Após a consolidação do projeto, esses mediadores passaram a acompanhar de longe sua trajetória e intensificaram suas ações no sentido de organizar os trabalhadores do município para outras ocupações.

O exemplo do Assentamento Nova Lagoa Rica foi uma constatação de que os trabalhadores rurais do final do século XX teve, na luta organizada pela terra uma importante arma contra a marginalização na sociedade e a exclusão social. Mas é importante destacar que isso só foi possível porque através das pressões do movimentos sociais a partir de 1995 a conjuntura sócio política se tornou favorável, configurando-se numa oportunidade política que contribuiu para o fortalecimento do sindicalismo rural e para a organização dos

trabalhadores.

Contudo, no plano regional, no final dos anos 90 esse cenário começa a mudar, os líderes sindicais, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local e do Pólo da FETAEMG regional, iniciam uma disputa política, comprometendo assim, a continuidade das ações e dos interesses dos trabalhadores rurais, provocando assim, uma desmobilização dos trabalhadores rurais no município de Paracatu.

O estudo permite a conclusão de que os assentamentos rurais representam a possibilidade para que os trabalhadores passem de uma situação de exclusão social e econômica, para uma nova realidade em que o acesso a terra significa novas condições de trabalho e de vida. Para tanto, faz-se necessário que o governo federal mude suas ações de reagir as pressões sociais, através de políticas compensatórias, para uma política mais pró-ativa e abrangente, elaborando um plano de reforma agrária que contemple recursos econômicos, mudança na estrutura fundiária, e apoio ao fortalecimento da agricultura familiar, para promover a igualdade social, o desenvolvimento mais equitativo do país, pelos processos de democracia participativa..

## 8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M.B. et. ali. Atlas dos beneficiários da reforma agrária: A política de reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**, Dossiê Questão Agrária: Censo dos Assentamentos As teses do MST, São Paulo, ed. EDUSP, v. 11- nº 3, set/dez. 1997, p.51-69
- AZEVEDO, A. F. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.145.
- BRUMER, A & SANTOS, J. V. T. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. **Revista da fundação SEADE**, Brasil agrário, São Paulo, v. 11-nº2, Abr.jun. 1997, p. 3-14
- CARVALHO-FILHO, J. J. Reforma agrária: de eleições a eleições. **Revista Estudos Avançados**, Dossiê Questão Agrária: Censo dos Assentamentos As teses do MST, São Paulo, ed. EDUSP, v. 11- nº 3, set/dez. 1997, p.99-111.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: UNICAMP, 1985, 240p.
- D'INCAO, M. C. ROY, G. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 279p.
- JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. Reivindicações e propostas. 2000. Disponível em <http://www.estado.estadão.com.br/editoriais/2000/09/21/pol1157.html>. Acesso em 19 de maio de 2003.
- FERREIRA NETO, J. A. Região Noroeste planejamento público e mudança social – 1947/1991 **Revista UFV Debate**, Viçosa, nº 15. 1993.
- FERREIRA NETO, J. A. **Indivíduos e ação coletiva: a mediação da**

- FETAEMG na luta pela terra em Minas Gerais.** Rio de Janeiro. UFRJ, 1999. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999, 412 P.
- FERREIRA - NETO, J. A., **Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas – Entorno do Distrito Federal (MG e GO)**, Brasília: MDA/NEAD, Relatório de Pesquisa, 2002.228p.
- FRANÇA, M. **O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais.** Belo Horizonte: UFMG, 1984. P. 169. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas gerais, 1984, p.169
- GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997, P. 385.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** 3º ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1991. p.90.
- GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In STEDILE, J. P. (Coord.). **A questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: UFRGS, 1994. p.285-297.
- IBGE. **Censo Agropecuário**, Minas Gerais: IBGE, 1970, 1980, 1996.
- IBGE. **Censo Demográfico**, Minas Gerais: IBGE, 1970,1991,1996.
- INCRA – **Listagem de projeto de reforma agrária em Minas Gerais, criados até 2002.** Belo horizonte: INCRA/ITER/ Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2002.
- INCRA. Manual do Projeto Lumiar. Brasília/DF. 1997
- LAMARCHE, H.(coord.) . **A agricultura familiar.** Trad. Angela Maria Naoko & Tijiwa. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1993, p.336 (Coleção repertórios).
- LEITE, S. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza – . Acesso em 28 de fevereiro de 2003.
- MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p.185.

- MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3º ed. São Paulo, Hucitec, 1991, 182p.
- MARTINS, J. S. **Reforma agrária, o impossível diálogo**. São Paulo: edusp, São Paulo.2000, p.173.
- MATA-MACHADO, M.B .N. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 168.
- MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase. Rio de Janeiro, 1989.
- MEDEIROS L. S., ESTERCI, N. Introdução In: MEDEIROS, L. et. all. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. P. 11 – 26..
- MELUCCI, A. **Invenção do Presente**. Trad. Maria do Carmo Alves bonfim. Rio de Janeiro: Vozes. 2001, p.199.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. **Revista Lua Nova**, Movimentos sociais: questões conceituais, São Paulo, Nº 17. jun. 1989, p. 49-66.
- MINC, C. **A Reconquista da Terra: Estatuto da Terra, lutas no Campo e Reforma agrária**. Rio de Janeiro: Zohar, 1985.
- NASCIMENTO. L. **Assentamentos Rurais e Política Municipal: um estudo a partir de Paracatu, Minas Gerais**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.. Dissertação (Desenvolvimento, Agricultura e sociedade) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002, p. 116.
- NOVAES, D. P. Reforma Agrária: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L. et. all. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994. p177-189.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, Dossiê Desenvolvimento rural, São Paulo: EDUSP, v. 15 – nº43, set/dez. 2001.
- Relatório: Balanço da Reforma Agrária e da agricultura Familiar – 1999,

Disponível em <http://.incra.gov.br/reforma99/lumiar.htm>. Acesso em 14 de fevereiro de 2003.

RICCI, R. **Terra de Ninguém: Representação Sindical Rural no Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 1999, p.227.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.114.

SILVA, J. G. O Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In STEDILE, J. P. (Coord.). **A questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p.137-250.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE, 1996. p.217.

TARROW, S., **Power in Movement**. Cambridge: Press.1998. p.271.

TORRES, A L. **Formação e Mediação: A luta pela Terra e a Consolidação dos Assentamentos Rurais em Unaí - MG**. Viçosa: UFV, 2000. 143 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa.

TURATTI, M. C. M. Uma etapa pretérita: a passagem pelos acampamentos, **Revista do migrante**, Assentamentos, São Paulo, nº. 39. 2001.

SAUER, S. **Reforma Agrária geração de emprego e renda no meio rural**. São Paulo: UNICAMP. 1998, p.136.